TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Informações Trimestrais >

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

DFs Consolidadas 06

Comentário do Desempenho 31

Notas Explicativas 37

Pareceres e Declarações 08

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 09

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 14

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 15

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 19

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 17

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 18

Índice

DFs Consolidadas

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo 20

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo 21

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado 23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente 25

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa 26

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 07

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado 30

Índice

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 28

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 29

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 97

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 99

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
Renda Bruta	
Data da apuração	01/07/2026
Receita Bruta Consolidada	3.064.473
Data da apuração (comparativa)	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	3.696.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	21.744.844	19.827.147
1.01	Ativo Circulante	2.668.478	2.774.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	113.338	681.498
1.01.01.01	Caixa e Bancos	18.677	629
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	94.661	680.869
1.01.03	Contas a Receber	230.466	208.164
1.01.03.01	Clientes	230.466	208.164
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	230.466	208.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	84.319	130.092
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	84.319	130.092
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.240.355	1.754.361
1.01.08.03	Outros	2.240.355	1.754.361
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	606.470	381.785
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	1.334	0
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	294.478	135.820
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	88.403	80.789
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.249.670	1.155.967
1.02	Ativo Não Circulante	19.076.366	17.053.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.280.259	7.361.015
1.02.01.04	Contas a Receber	19.670	19.670
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	19.670	19.670
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.260.589	7.341.345
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	39.136	35.838
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	9.493	5.929
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	50.944	52.025
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	0	2.617
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	7.161.016	7.244.936
1.02.02	Investimentos	11.422.474	9.294.555
1.02.02.01	Participações Societárias	11.422.474	9.294.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.414.409	1.719.323
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.543.512	6.178.571
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.464.553	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	208.101	222.428
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	207.870	222.315
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	231	113
1.02.04	Intangível	165.532	175.034
1.02.04.01	Intangíveis	165.532	175.034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	21.744.844	19.827.147
2.01	Passivo Circulante	838.443	2.038.891
2.01.02	Fornecedores	54.854	160.998
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.854	160.998
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.329	35.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.272	20.640
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.871	12.328
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.186	2.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	363.634	1.287.626
2.01.04.02	Debêntures	363.322	1.287.195
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	312	431
2.01.05	Outras Obrigações	378.626	554.986
2.01.05.02	Outros	378.626	554.986
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	186.319	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	53.239	45.486
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	139.068	154.183
2.02	Passivo Não Circulante	12.681.541	10.179.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.194.281	8.543.141
2.02.01.02	Debêntures	11.193.898	8.542.958
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	383	183
2.02.02	Outras Obrigações	198.201	362.843
2.02.02.02	Outros	198.201	362.843
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	160.611	183.561
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	37.590	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	1.222.651	1.208.600
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.222.651	1.208.600
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	794.332	770.614
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	428.319	437.986
2.02.04	Provisões	66.408	64.690
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.408	64.690
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.291	18.500
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.102	6.130
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	42.015	40.060
2.03	Patrimônio Líquido	8.224.860	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.701.928	3.962.154
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.920.944	2.920.944
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	882.161	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	6.057

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	407.257	1.596.881	533.328	1.752.994
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	207.380	1.009.425	335.592	1.156.009
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	199.877	587.456	197.736	596.985
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.300	-181.952	-227.815	-484.385
3.02.01	Pessoal	-25.531	-63.040	-20.832	-58.899
3.02.02	Material	-18.493	-120.835	-168.370	-364.285
3.02.03	Serviços de Terceiros	-14.071	-29.579	-13.440	-30.187
3.02.04	Depreciação e Amortização	-4.442	-17.862	-1.597	-3.249
3.02.05	Outros receitas (custos) operacionais	49.237	49.364	-23.576	-27.765
3.03	Resultado Bruto	393.957	1.414.929	305.513	1.268.609
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	201.042	748.727	196.020	658.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.269	-174.229	-57.240	-169.881
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-29.754	-97.370	-33.411	-100.663
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-13.574	-35.899	-12.448	-30.496
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-10.870	-35.556	-9.901	-25.635
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-71	-5.404	-1.480	-13.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	255.311	922.956	253.260	828.442
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	255.311	922.956	253.260	828.442
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	594.999	2.163.656	501.533	1.927.170
3.06	Resultado Financeiro	-240.603	-851.666	-220.447	-753.165
3.06.01	Receitas Financeiras	36.589	93.300	35.176	68.306
3.06.02	Despesas Financeiras	-277.192	-944.966	-255.623	-821.471
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	354.396	1.311.990	281.086	1.174.005
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.332	-30.473	59.520	31.537
3.08.01	Corrente	-1.378	-3.635	-1.004	-7.584
3.08.02	Diferido	7.710	-26.838	60.524	39.121
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.01.02	PN	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.02.02	PN	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-6.057	-8.206	-12.002
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	0	-6.057	-8.206	-12.002
4.03	Resultado Abrangente do Período	360.728	1.275.460	332.400	1.193.540

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.003.246	2.135.266
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	499.293	433.092
6.01.01.01	Resultado Líquido do período	1.281.517	1.205.542
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922.956	-828.442
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	53.418	28.884
6.01.01.04	Provisões para riscos judiciais	3.140	4.973
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	0	-41.947
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	948.340	791.908
6.01.01.07	Perda com instrumentos financeiros derivativos	14.824	75.658
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	3.635	7.584
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.838	-39.121
6.01.01.10	Tributos diferidos	-9.668	16.305
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	97.730	319.418
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-587.456	-596.985
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-179.055	-113.128
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-149.101	-409.054
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-26.377	210
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-1.964	-8.695
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	719	5.221
6.01.01.18	Perdas de crédito esperadas	0	7.249
6.01.01.19	Reversão para parcela variável	-1.539	-15.614
6.01.01.20	Outros	-52.752	23.126
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.503.953	1.702.174
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	895.412	808.047
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	56.989	114.366
6.01.02.04	Outros créditos	-8.139	-15.705
6.01.02.05	Fornecedores	-199.658	-288.523
6.01.02.06	Taxas Regulamentares	7.753	4.546
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-1.983	-10.843
6.01.02.08	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	438.049	891.462
6.01.02.09	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas	324.333	199.776
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.803	-952
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.356.821	-1.327.748
6.02.01	(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários	-201.606	-320.652
6.02.02	Aquisição de controladas	-1.638.002	0
6.02.04	Adições no imobilizado e intangível	-29.213	-26.096
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-488.000	-981.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-214.585	-851.022
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	0	-375.602
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	0	-21.105
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	2.497.776	1.400.269

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-1.121.617	-705.374
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-597.432	-532.524
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento	-323	-604
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-828.578	-620.631
6.03.08	Recebimentos de instrumentos financeiros derivativos	-164.411	4.549
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-568.160	-43.504
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	681.498	607.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	113.338	564.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.429	0	82.429	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.962.154	0	6.057	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-260.226	-399.356	0	-659.582
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-316.413	0	-316.413
5.04.08	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-260.226	0	0	-260.226
5.04.09	Dividendos intercalares declarados	0	0	0	-82.943	0	-82.943
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.281.517	-6.057	1.275.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.281.517	0	1.281.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.057	-6.057
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.057	-6.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.701.928	882.161	0	8.224.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-58.256	0	58.256	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.270.309	0	28.424	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-408.404	0	-408.404
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-408.404	0	-408.404
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.205.542	-12.002	1.193.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.205.542	0	1.205.542
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.002	-12.002
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-12.002	-12.002
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.270.309	797.138	16.422	7.724.640

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	1.753.372	1.930.852
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.753.372	1.938.101
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-7.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-140.204	-456.023
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-186.313	-424.968
7.02.04	Outros	46.109	-31.055
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.613.168	1.474.829
7.04	Retenções	-53.418	-28.884
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.418	-28.884
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.559.750	1.445.945
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.016.256	896.748
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	922.956	828.442
7.06.02	Receitas Financeiras	93.300	68.306
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.576.006	2.342.693
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.576.006	2.342.693
7.08.01	Pessoal	132.112	132.897
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.224	75.521
7.08.01.02	Benefícios	55.664	49.363
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.224	8.013
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	217.411	182.783
7.08.02.01	Federais	214.724	179.995
7.08.02.02	Estaduais	866	1.189
7.08.02.03	Municipais	1.821	1.599
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	944.966	821.471
7.08.03.01	Juros	948.340	734.440
7.08.03.03	Outras	-3.374	87.031
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.824	91.179
7.08.03.03.02	Arrendamentos	28	84
7.08.03.03.03	Outros	-18.226	-4.232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.281.517	1.205.542
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	316.413	408.404
7.08.04.02	Dividendos	82.943	79.301
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	882.161	717.837

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	25.591.316	22.506.506
1.01	Ativo Circulante	4.262.862	3.579.382
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	262.157	741.596
1.01.01.01	Caixa e bancos	51.206	2.256
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	210.951	739.340
1.01.03	Contas a Receber	363.790	262.410
1.01.03.01	Clientes	363.790	262.410
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	363.790	262.410
1.01.06	Tributos a Recuperar	133.711	148.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	133.711	148.487
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.503.204	2.426.889
1.01.08.03	Outros	3.503.204	2.426.889
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	814.218	544.150
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	6.778	262
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	234.416	73.118
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	106.436	107.672
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	2.341.356	1.701.687
1.02	Ativo Não Circulante	21.328.454	18.927.124
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.073.853	15.412.856
1.02.01.04	Contas a Receber	22.428	22.428
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	22.428	22.428
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.051.425	15.390.428
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	78.656	39.785
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	22.647	19.471
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	142.306	142.666
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	380	3.691
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	17.807.436	15.184.815
1.02.02	Investimentos	2.878.962	3.115.984
1.02.02.01	Participações Societárias	2.878.962	3.115.984
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.414.409	1.719.323
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.464.553	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	210.044	223.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	209.813	223.051
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	231	113
1.02.04	Intangível	165.595	175.120
1.02.04.01	Intangíveis	165.595	175.120

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	25.591.316	22.506.506
2.01	Passivo Circulante	1.153.146	2.285.134
2.01.02	Fornecedores	114.043	287.459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	114.043	287.459
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.805	85.783
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54.878	30.444
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	55.187	49.324
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.740	6.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	508.299	1.340.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.172	4.819
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.172	4.819
2.01.04.02	Debêntures	454.815	1.335.523
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	312	431
2.01.05	Outras Obrigações	418.999	571.119
2.01.05.02	Outros	418.999	571.119
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	186.319	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	65.447	54.029
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	165.597	161.773
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.636	0
2.02	Passivo Não Circulante	16.213.310	12.612.390
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.078.029	9.633.669
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	868.460	38.526
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	868.460	38.526
2.02.01.02	Debêntures	12.209.186	9.594.960
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	383	183
2.02.02	Outras Obrigações	243.242	386.000
2.02.02.02	Outros	243.242	386.000
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	197.657	206.718
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	45.585	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	2.671.389	2.404.805
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.671.389	2.404.805
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.578.861	1.475.225
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	1.092.528	929.580
2.02.04	Provisões	220.650	187.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	220.650	187.916
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.684	21.831
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.646	6.987
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	189.320	159.098
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.224.860	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.701.928	3.962.154
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.920.944	2.920.944
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	882.161	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	6.057

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	724.093	2.829.096	1.180.557	3.425.278
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	347.423	1.850.324	884.738	2.541.289
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	376.670	978.772	295.819	883.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.213	-644.550	-641.375	-1.510.901
3.02.01	Pessoal	-33.674	-81.864	-25.505	-72.472
3.02.02	Material	-87.921	-554.049	-573.752	-1.365.862
3.02.03	Serviços de Terceiros	-15.366	-38.321	-16.605	-39.778
3.02.04	Depreciação e Amortização	-4.432	-17.852	-1.596	-3.260
3.02.05	Outros receitas (custos) operacionais	48.180	47.536	-23.917	-29.529
3.03	Resultado Bruto	630.880	2.184.546	539.182	1.914.377
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.263	150.729	-6.638	158.222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.575	-211.594	-65.868	-189.986
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-39.451	-125.236	-40.886	-119.913
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-16.943	-43.321	-13.887	-34.492
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-10.976	-35.855	-9.925	-25.690
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-1.205	-7.182	-1.170	-9.891
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.312	362.323	59.230	348.208
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.312	362.323	59.230	348.208
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	621.617	2.335.275	532.544	2.072.599
3.06	Resultado Financeiro	-249.022	-923.886	-226.996	-813.957
3.06.01	Receitas Financeiras	45.642	116.737	44.955	97.821
3.06.02	Despesas Financeiras	-294.664	-1.040.623	-271.951	-911.778
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	372.595	1.411.389	305.548	1.258.642
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.867	-129.872	35.058	-53.100
3.08.01	Corrente	-4.648	-21.160	-5.036	-18.410
3.08.02	Diferido	-7.219	-108.712	40.094	-34.690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	340.606	1.215.786
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.01.02	PN	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647
3.99.02.02	PN	0,34904	1,23998	0,32957	1,16647

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	360.728	1.281.517	340.606	1.205.542
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-6.057	-8.206	-12.002
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	0	-6.057	-8.206	-12.002
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	360.728	1.275.460	332.400	1.193.540
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	360.728	1.275.460	332.400	1.193.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.583.862	1.285.976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	451.175	414.206
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.281.517	1.205.542
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-362.323	-348.208
6.01.01.03	Depreciação e amortização	53.707	28.950
6.01.01.04	Provisões para riscos judiciais	5.534	7.790
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	13.918	-39.008
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	1.030.070	874.525
6.01.01.07	Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	-13.903	78.419
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	21.160	18.410
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.712	34.690
6.01.01.10	Tributos diferidos	21.874	69.326
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	513.942	1.300.351
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-978.772	-883.989
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-353.344	-285.060
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-819.384	-1.659.727
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-38.423	-5.062
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-4.530	-9.775
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	25.448	10.503
6.01.01.18	Perdas de crédito esperadas	0	8.766
6.01.01.19	(Provisão) para parcela variável	-1.276	-15.364
6.01.01.20	Outros	-52.752	23.127
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.132.687	871.770
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	1.337.845	1.140.383
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	39.938	145.184
6.01.02.03	Outros créditos	10.643	-104.140
6.01.02.05	Fornecedores	-696.721	-1.200.668
6.01.02.06	Taxas regulamentares	11.051	6.118
6.01.02.07	Outras contas a pagar	18.400	6.823
6.01.02.08	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	438.049	891.462
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-26.518	-13.392
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.740.313	-519.001
6.02.01	(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários	-214.089	-492.847
6.02.02	Aquisição de controladas	-1.638.002	0
6.02.03	Caixa líquido adquirido da aquisição de controladas	140.786	0
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-29.008	-26.154
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-322.988	-908.046
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-18.202	-378.326
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-6.903	-23.875
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	2.497.776	1.400.269
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-1.165.332	-725.140
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-628.996	-564.149

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.03.07	Pagamento de passivo de arrendamento	-323	-625
6.03.09	Pagamento de dividendos e JCP	-828.578	-620.631
6.03.10	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-172.430	4.431
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-479.439	-141.071
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	741.596	750.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	262.157	609.905

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982	0	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.429	0	82.429	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.962.154	0	6.057	7.608.982	0	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-260.226	-399.356	0	-659.582	0	-659.582
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-316.413	0	-316.413	0	-316.413
5.04.08	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-260.226	0	0	-260.226	0	-260.226
5.04.09	Dividendos intercalares declarados	0	0	0	-82.943	0	-82.943	0	-82.943
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.281.517	-6.057	1.275.460	0	1.275.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.281.517	0	1.281.517	0	1.281.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.057	-6.057	0	-6.057
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.057	-6.057	0	-6.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.701.928	882.161	0	8.224.860	0	8.224.860

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-58.256	0	58.256	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.270.309	0	28.424	6.939.504	0	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-408.404	0	-408.404	0	-408.404
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-408.404	0	-408.404	0	-408.404
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.205.542	-12.002	1.193.540	0	1.193.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.205.542	0	1.205.542	0	1.205.542
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.002	-12.002	0	-12.002
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-12.002	-12.002	0	-12.002
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.270.309	797.138	16.422	7.724.640	0	7.724.640

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	3.064.473	3.687.727
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.064.473	3.696.493
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-8.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-592.432	-1.467.477
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-635.691	-1.440.132
7.02.04	Outros	43.259	-27.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.472.041	2.220.250
7.04	Retenções	-53.707	-28.950
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.707	-28.950
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.418.334	2.191.300
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	479.060	446.029
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	362.323	348.208
7.06.02	Receitas Financeiras	116.737	97.821
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.897.394	2.637.329
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.897.394	2.637.329
7.08.01	Pessoal	176.157	163.235
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.287	100.816
7.08.01.02	Benefícios	62.332	53.729
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.538	8.690
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	399.097	356.774
7.08.02.01	Federais	395.984	353.269
7.08.02.02	Estaduais	1.069	1.717
7.08.02.03	Municipais	2.044	1.788
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.040.623	911.778
7.08.03.01	Juros	1.043.988	819.996
7.08.03.03	Outras	-3.365	91.782
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	-13.903	93.940
7.08.03.03.02	Arrendamentos	28	85
7.08.03.03.03	Outros	10.510	-2.243
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.281.517	1.205.542
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	316.413	408.404
7.08.04.02	Dividendos	82.943	79.301
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	882.161	717.837

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 30 de setembro de 2026 e eventos subsequentes

03/07/2026 – A Companhia concluiu uma captação de recursos através da 22ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$1.700.000, da espécie quirografária, em série única.

14/07/2026 – A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa, nos termos do Artigo 256 da Lei das S.A., aprovou a operação para aquisição de 5 concessões de transmissão de energia. A conclusão da referida operação está sujeita à implementação ou renúncia, conforme o caso, de condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo, entre outras, a aprovação de credores dos ativos.

15/07/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 11ª emissão de debêntures, 2ª serie, no montante de R$16.427.

15/07/2026 – A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 1ª emissão de debêntures o montante de R$16.781, sendo R$11.756 de amortização e R$5.026 de juros.

29/07/2026 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização do reforço da ATE, passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$19.041 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 23 de julho de 2026.

31/07/2026 - O ONS emitiu os TL referente à energização da Subestação de Encruzo Novo e a LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III C1. Essa liberação, entregue com 20 meses de antecedência, garantiu uma RAP de aproximadamente R$ 18.350 (ciclo 2026-2027) acrescida de PIS/COFINS, o que representa 16,2% da RAP total, com efeitos retroativos à 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 20 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2028.

31/07/2026 - O ONS emitiu os TL relativos à energização das LTs 500 kV Ponta Grossa / Assis C1 e C2 . Com esta energização, a Ananaí passa a adicionar à sua RAP o montante de aproximado de R$ 123.571 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 71,3% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 8 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2027.

12/08/2026 - A Companhia concluiu a aquisição de 100% das participações nas transmissoras EGO I, EPA I, EPA II, ETT e ETT II, fortalecendo sua estratégia de crescimento no segmento de transmissão de energia. A operação, realizada por R$1.638.002, A aquisição das Sociedades adiciona R$305.000 de RAP no ciclo 2026-2027, além de 1,3 mil km de extensão de linhas de transmissão e 4.494 MVA de potência transformação, com 22 anos de vida contratual média remanescente, reforçando a estratégia de crescimento da Companhia, na busca por ativos de transmissão que gerem sinergias com suas linhas atuais e alonguem o prazo médio de duração das concessões da TAESA, sempre se pautando nos pilares de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos acionistas, além de consolidar seu posicionamento de liderança e referência no setor de transmissão de energia elétrica do país.

17/08/2026 - O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização do Compensador Síncrono da Subestação Encruzo Novo na concessão Tangará. Com esta energização, a concessionária passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R$5.358 (referente ao ciclo 2026-2027), já acrescido de PIS/COFINS, equivalente a 4,7% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2026.

20/08/2026 - O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da Conversora Garabi 2 no âmbito do projeto de retrofit da concessão Saíra. Com está energização, a concessionária passa a adicionar à sua RAP o montante de R$24.193 (referente ao ciclo 2026-2027), já acrescido de PIS/COFINS, equivalente a 12,0% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2026.

25/08/2026 – O ONS emitiu os Termos de Liberação referentes ao 3º banco de autotransformadores da SE Rio Grande II, autorizado por meio do Despacho nº 677/2024 ("reforço"), na concessão São Pedro. Com está energização, a concessionária passa a receber uma RAP adicional de R$5.842 (referente ao ciclo 2026-2027), já acrescida de PIS/COFINS, equivalente a 100% da RAP autorizada para o reforço, com efeitos retroativos entre 14 e 21 de agosto de 2026. É importante ressaltar que essa RAP tem caráter provisório e está sujeita à próxima Revisão Tarifária Periódica ("RTP") desta concessão, que ocorrerá em 2029.

15/09/2026 - A Companhia pagou aos debenturistas da 7ª emissão de debêntures, o montante de R$40.703, sendo R$20.693 de amortização e R$20.010 de juros.

15/09/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 14ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R$27.365, sendo R$10.829 da 1ª série, R$2.941 da 2ª série e R$13.595 da 3ª série.

15/09/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 16ª emissão de debêntures no montante de R$28.801.

15/09/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 15ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R$81.787, sendo R$72.430 da 1ª série e R$9.358 da 2ª série.

15/09/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 21ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R$53.837, sendo R$26.779 da 1ª série e R$27.058 da 2ª série.

16/09/2026 – A Companhia informa que o Conselho de Administração elegeu a Sra. Andrea Marques de Almeida para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TAESA, reforçando a governança corporativa e a continuidade da estratégia de gestão e geração de valor da Companhia.

15/10/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 12ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R$42.450, sendo R$21.051 da 1ª série, R$10.291 da 2ª série e R$11.108 da 3ª série.

23/10/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 19ª emissão de debêntures, no montante de R$23.675.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 3º TRIMESTRE DE 2026

1. Resultado Líquido do Período

A Taesa alcançou um resultado líquido consolidado de R$360.728 no 3T26, apresentado um aumento de 5,9% em relação ao resultado do 3T25.

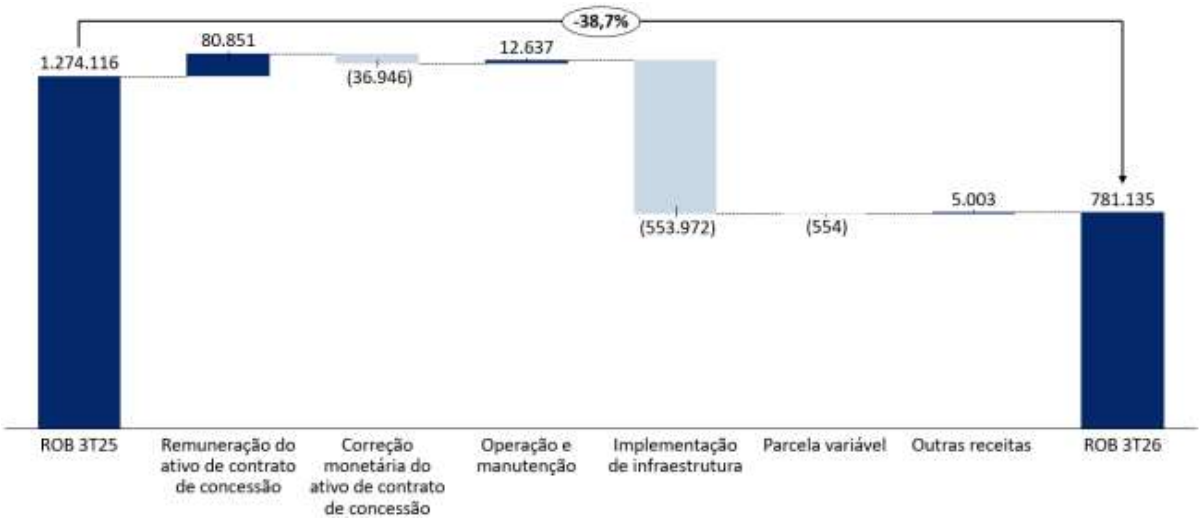
1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

	3T26	3T25	Var.	Var.%
ROL	**724.093**	**1.180.557**	**(456.464)**	**-38,7%**

1.1.1 Receita Operacional Bruta (ROB)

	3T26	3T25	Var.	Var.%
Remuneração do ativo de contrato de concessão	376.670	295.819	80.851	27,3%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(76.408)	(39.462)	(36.946)	93,6%
Operação e manutenção	299.589	286.952	12.637	4,4%
Implementação de infraestrutura	162.972	716.944	(553.972)	-77,3%
Parcela variável	634	1.188	(554)	-46,6%
Outras receitas	17.678	12.675	5.003	39,5%
	781.135	**1.274.116**	**(492.981)**	**-38,7%**



Remuneração do ativo de contrato de Contrato: O aumento de 27,3% no 3T26 decorreu principalmente pela, (i) aquisição dos cinco ativos em agosto de 2026, (i) entrada em operação dos projetos Ananaí, Tangará e Saíra (2° fase), e (iii) efeito da correção monetária sobre os ativos de contrato indexados ao IPCA. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo efeito deflacionário dos ativos de contrato indexados ao IGP-M e pela redução natural do saldo dos ativos de contrato à medida que ocorre sua amortização pelos recebimentos.

Correção monetária do ativo de contrato de concessão: A variação de 93,6% reflete principalmente o comportamento dos índices macroeconômicos no período, IPCA (-0,09% no 3T26 vs 0,39% no 3T25) enquanto IGP-M permaneceu em cenário deflacionário (-1,87% no 3T26 vs -2,08% no 3T25). Adicionalmente, a entrada em operação dos projetos Ananaí, Tangará e Saíra (Revitalização), além da aquisição dos 5 ativos em agosto de 2026.

Operação e manutenção: O aumento de 4,4% se deve, principalmente, ao reajuste de 4,72% (IPCA) do ciclo 2026-2027, conforme a Resolução Homologatória ANEEL n° 2.268/2026, para as

concessões de categoria 3 e de 1,95% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, além da incorporação dos cinco novos ativos adquiridos em agosto, e o início da operação dos projetos Saíra (2ª fase), Tangará e Ananaí. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de receita de O&M em Saíra (2ª fase).

Implementação de infraestrutura: A redução de 77,3% decorre, principalmente da conclusão dos projetos Ananaí, Saíra (2° fase) e Tangará, que reduziram significativamente o reconhecimento de receitas de construção no período. Adicionalmente, a variação foi influenciada pelo menor volume de investimentos em reforços na ATE e em São Pedro.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

	3T26	3T25	Var.	Var.%
PIS e COFINS – Corrente	(50.423)	(42.738)	(7.685)	18,0%
PIS e COFINS – Diferido	19.119	(21.504)	40.623	-188,9%
ISS e ICMS	(119)	(427)	308	-72,1%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(25.619)	(28.890)	3.271	-11,3%
	(57.042)	**(93.559)**	**36.517**	**-39,0%**

As Deduções sobre a ROB tiveram uma redução de 39,0% na comparação com o 3T26 em relação ao 3T25, impulsionado principalmente pela redução do PIS/COFINS diferidos, em linha com a redução da receita impactada pela queda na receita de implementação, pelos efeitos parcialmente compensado pelo aumento do PIS/COFINS corrente.

1.2 Custos e despesas operacionais

	3T26	3T25	Var.	Var.%
Pessoal	(73.125)	(66.391)	(6.734)	10,1%
Material	(87.921)	(573.752)	485.831	-84,7%
- Implementação de infraestrutura	(70.774)	(550.938)	480.164	-87,2%
- O&M	(15.390)	(20.359)	4.969	-24,4%
- Diversos	(1.757)	(2.455)	698	-28,4%
Serviços de terceiros	(32.309)	(30.492)	(1.817)	6,0%
Outros	46.975	(25.087)	72.062	-290,4%
Subtotal	**(146.380)**	**(695.722)**	**549.342**	**-79,0%**
Depreciação e amortização	(15.408)	(11.521)	(3.887)	33,7%
Custos e despesas	**(161.788)**	**(707.243)**	**545.455**	**-77,1%**

Pessoal: O aumento de 10,1% no 3T26 refere-se, principalmente pelo (i) reajuste salarial dos empregados, em função do acordo coletivo de 2026, em 4,72% (IPCA), (ii) despesas com rescisões trabalhistas dos colaboradores alocados nos projetos concluídos em 2,4% e (iii) incorporação dos cinco novos ativos ao portfólio em 2,8%.

Implementação de infraestrutura: A redução de 87,2% no 3T26 decorre principalmente da conclusão dos projetos Ananaí, Tangará e Saíra (Revitalização), além dos menores investimentos em reforços na Novatrans, ATE e São Pedro.

Depreciação e amortização: O aumento de 33,7% no 3T26, decorre principalmente da unitização de novos ativos.

Outros: A redução de 290,4% entre os trimestres decorre, principalmente, da reversão parcial da provisão para contrato oneroso do projeto Saíra, em função da conclusão do empreendimento com investimentos inferiores aos originalmente estimados.

1.3 Resultado de equivalência patrimonial

	3T26	3T25	Var.	Var.%
ETAU	331	3.087	(2.756)	-89,3%
AIMORÉS	4.509	7.739	(3.230)	-41,7%
PARAGUAÇU	6.814	10.187	(3.373)	-33,1%
IVAÍ	29.082	11.851	17.231	145,4%
GRUPO TBE	18.576	26.366	(7.790)	-29,5%
Total	**59.312**	**59.230**	**82**	**0,1%**

Resultado de equivalência patrimonial:

O aumento de 0,1% decorre, principalmente, pelo (i) o resultado de Ivaí apresentou melhora na comparação anual em função da não recorrência de um CAPEX associado à conclusão de projeto, registrado no 3T25, sem receita associada, a ausência desse efeito em no 3T26 contribuiu positivamente para o desempenho do período, e (ii) aumento das receitas de O&M, com a energização de reforços na EATE e na ETEP, pela redução das despesas financeiras, refletindo o menor CDI no período, e pelo efeito positivo de IR/CSLL diferido. Esses efeitos foram compensados pelo cenário deflacionário dos índices macroeconômicos IPCA (-0,09% no 3T26 vs 0,39% no 3T25) e IGP-M (-2,08% no 3T26 vs 1,87% no 3T25), que reduziu as receitas de remuneração do ativo contratual e de correção monetária, pela menor margem de construção dos reforços e por maiores gastos operacionais na TBE, em razão de efeitos temporais entre trimestres.

1.4 Resultado Financeiro

	3T26	3T25	Var.	Var.%
Rendimentos de aplicações financeiras	45.515	41.133	4.382	10,7%
Outras receitas financeiras	127	3.822	(3.695)	-96,7%
Receitas financeiras	**45.642**	**44.955**	**687**	**1,5%**
Juros incorridos	(339.743)	(260.514)	(79.229)	30,4%
Variação monetária	31.573	(17.882)	49.455	-276,6%
Variação cambial	712	(412)	1.124	-272,8%
Ajuste ao valor justo	26.135	12	26.123	217.691,7%
Subtotal despesas financeiras	**(281.323)**	**(278.796)**	**(2.527)**	**0,9%**
Outras despesas financeiras - líquidas de Receita	(13.334)	6.866	(20.200)	-294,2%
Despesa financeira – arrendamento	(7)	(21)	14	-66,7%
Despesa financeira	**(294.664)**	**(271.951)**	**(22.713)**	**8,4%**
Resultado financeiro	**(249.022)**	**(226.996)**	**(22.026)**	**9,7%**

Receitas financeiras: O aumento de 1,5% no 3T26 em relação ao 3T25 se deve, principalmente, em função do maior volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados e pela aquisição dos cinco ativos de transmissão. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma contração do CDI no período (3,38% no 3T26 vs 3,65% no 3T25).

Juros incorridos: O aumento de 30,4% no 3T26, refere-se, principalmente pelo (i) aumento do volume médio da dívida, em função das últimas emissões (18ª, 20ª, 21ª e 22ª), (ii) impacto da apropriação entre as pontas ativas e passivas dos Swaps da 17ª e 18ª emissões de debêntures da TAESA, (iii) juros incorridos em função das dívidas das empresas Aroeira e Buriti com o BASA e Cajuí com BASA e BNDES. Estes efeitos foram compensados em parte pela (i) redução do CDI de (3,4% no 3T26 vs. 3,7% no 3T25), (ii) liquidação de debêntures da TAESA (5ª e 1ª série da 6ª), e (iii) Oferta de troca da 19ª emissão realizado em outubro de 2025.

Variações monetárias: A variação de 276,6% entre 3T26 e 3T25, é explicada pelo menor IPCA entre os períodos comparados (0,57% no 3T26 x 0,63% no 3T25) ampliado pelos ajustes entre o IPCA projetado utilizado no fechamento contábil e o IPCA realizado divulgado posteriormente, que gerou um impacto positivo na variação monetária este trimestre.

Variações cambiais: A variação de 272,8% se deve, principalmente do resultado positivo registrado no 3T26, em comparação ao resultado negativo observado no 3T25, refletindo a volatilidade das moedas capturado pelo resultado dos NDFs (Non-Deliverable Forward) de Saíra (SEK - coroa sueca) e Juruá (USD – dólar), contratados para proteção da exposição cambial relacionada à aquisição de equipamentos e serviços em moeda estrangeira.

Ajuste a Valor Justo: Refere-se, principalmente, aos efeitos dos swaps dos financiamentos das empresas Aroeira e Buriti, adquiridas em agosto de 2026.

Outras despesas financeiras, líquidas: A variação de 294,2% no 3T26 decorre, principalmente, do aumento das despesas com atualização de provisões para riscos judiciais devido aos efeitos da aquisição dos 5 ativos adquiridos em agosto de 2026.

1.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	3T26	3T25	Var.	Var.%
IRPJ e CSLL correntes	(4.648)	(5.036)	388	-7,7%
IRPJ e CSLL diferidos	(7.219)	40.094	(47.313)	-118,0%
	(11.867)	**35.058**	**(46.925)**	**-133,8%**

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	3T26	3T25
Resultado antes dos impostos	372.595	305.548
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(126.681)	(103.886)
Equivalência patrimonial	20.166	20.137
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	7.734	3.287
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	40.332	40.328
JCP pago	42.105	74.843
Outros	4.477	349
Despesa de IRPJ e CSLL	**(11.867)**	**35.058**
Alíquota efetiva	**3%**	**-11%**

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro: A variação de 133,8% no 3T26 refere-se, principalmente, pelo (i) aumento do lucro tributável, que elevou a despesa de IR e CSLL, impactado principalmente pela às cinco empresas adquiridas em agosto de 2026 e (ii) menor dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior utilização dos incentivos fiscais da SUDAM e da SUDENE.

1.6 Relacionamento com os Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O montante referente aos serviços de auditoria independente para o período de 2026 foi de R$2.070.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - B3

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

30 de setembro de 2026

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2026	31/12/2025 (Reapresentado)	30/09/2026	31/12/2025 (Reapresentado)
Ativos					
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	262.157	741.596	113.338	681.498
Títulos e valores mobiliários	6	814.218	544.150	606.470	381.785
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	363.790	262.410	230.466	208.164
Ativo de contrato de concessão	8	2.341.356	1.701.687	1.249.670	1.155.967
Impostos e contribuições sociais correntes	9	133.711	148.487	84.319	130.092
Dividendos a receber	13	234.416	73.118	294.478	135.820
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.778	262	1.334	-
Outras contas a receber		106.436	107.672	88.403	80.789
Total dos ativos circulantes		**4.262.862**	**3.579.382**	**2.668.478**	**2.774.115**
Ativos não circulantes					
Títulos e valores mobiliários	6	78.656	39.785	39.136	35.838
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	22.428	22.428	19.670	19.670
Ativo de contrato de concessão	8	17.807.436	15.184.815	7.161.016	7.244.936
Instrumentos financeiros derivativos	19	380	3.691	-	2.617
Outras contas a receber		22.647	19.471	9.493	5.929
Depósitos judiciais	16	142.306	142.666	50.944	52.025
Investimentos	12	2.878.962	3.115.984	11.422.474	9.294.555
Direito de uso		231	113	231	113
Imobilizado		209.813	223.051	207.870	222.315
Intangível		165.595	175.120	165.532	175.034
Total dos ativos não circulantes		**21.328.454**	**18.927.124**	**19.076.366**	**17.053.032**
Total dos ativos		**25.591.316**	**22.506.506**	**21.744.844**	**19.827.147**

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2026	31/12/2025 (Reapresentado)	30/09/2026	31/12/2025 (Reapresentado)
Passivos					
Passivos circulantes					
Fornecedores	14	114.043	287.459	54.854	160.998
Empréstimos e financiamentos	15.1	53.172	4.819	-	-
Debêntures	15.2	454.815	1.335.523	363.322	1.287.195
Passivo de arrendamento		312	431	312	431
Impostos e contribuições sociais correntes	9	111.805	85.783	41.329	35.281
Taxas regulamentares		65.447	54.029	53.239	45.486
Dividendos e JCP a pagar	13	186.319	355.317	186.319	355.317
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.636	-	-	-
Outras contas a pagar		165.597	161.773	139.068	154.183
Total dos passivos circulantes		**1.153.146**	**2.285.134**	**838.443**	**2.038.891**
Passivos não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	15.1	868.460	38.526	-	-
Debêntures	15.2	12.209.186	9.594.960	11.193.898	8.542.958
Instrumentos financeiros derivativos	19	45.585	179.282	37.590	179.282
Passivo de arrendamento		383	183	383	183
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	1.578.861	1.475.225	794.332	770.614
Tributos indiretos diferidos	11	1.092.528	929.580	428.319	437.986
Provisões para riscos judiciais	16	220.650	187.916	66.408	64.690
Outras contas a pagar		197.657	206.718	160.611	183.561
Total dos passivos não circulantes		**16.213.310**	**12.612.390**	**12.681.541**	**10.179.274**
Total dos passivos		**17.366.456**	**14.897.524**	**13.519.984**	**12.218.165**
Patrimônio líquido					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Dividendos adicionais propostos		-	260.226	-	260.226
Reserva de lucros		3.701.928	3.701.928	3.701.928	3.701.928
Outros resultados abrangentes		-	6.057	-	6.057
Lucros acumulados		882.161	-	882.161	-
Total do patrimônio líquido	17	**8.224.860**	**7.608.982**	**8.224.860**	**7.608.982**
Total dos passivos e do patrimônio líquido		**25.591.316**	**22.506.506**	**21.744.844**	**19.827.147**

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do resultado
para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Consolidado				Controladora			
		01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		347.423	884.738	1.850.324	2.541.289	207.380	335.592	1.009.425	1.156.009
Remuneração do ativo contrato de concessão		376.670	295.819	978.772	883.989	199.877	197.736	587.456	596.985
Receita operacional líquida	21	**724.093**	**1.180.557**	**2.829.096**	**3.425.278**	**407.257**	**533.328**	**1.596.881**	**1.752.994**
Pessoal		(33.674)	(25.505)	(81.864)	(72.472)	(25.531)	(20.832)	(63.040)	(58.899)
Material		(87.921)	(573.752)	(554.049)	(1.365.862)	(18.493)	(168.370)	(120.835)	(364.285)
Serviços de terceiros		(15.366)	(16.605)	(38.321)	(39.778)	(14.071)	(13.440)	(29.579)	(30.187)
Depreciação e amortização		(4.432)	(1.596)	(17.852)	(3.260)	(4.442)	(1.597)	(17.862)	(3.249)
Outros receitas (custos) operacionais		48.180	(23.917)	47.536	(29.529)	49.237	(23.576)	49.364	(27.765)
	22	(93.213)	(641.375)	(644.550)	(1.510.901)	(13.300)	(227.815)	(181.952)	(484.385)
Lucro Bruto		**630.880**	**539.182**	**2.184.546**	**1.914.377**	**393.957**	**305.513**	**1.414.929**	**1.268.609**
Despesas gerais e administrativas									
Pessoal e administradores		(39.451)	(40.886)	(125.236)	(119.913)	(29.754)	(33.411)	(97.370)	(100.663)
Serviços de terceiros		(16.943)	(13.887)	(43.321)	(34.492)	(13.574)	(12.448)	(35.899)	(30.496)
Depreciação e amortização		(10.976)	(9.925)	(35.855)	(25.690)	(10.870)	(9.901)	(35.556)	(25.635)
Outras despesas operacionais		(1.205)	(1.170)	(7.182)	(9.891)	(71)	(1.480)	(5.404)	(13.087)
	22	(68.575)	(65.868)	(211.594)	(189.986)	(54.269)	(57.240)	(174.229)	(169.881)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		**562.305**	**473.314**	**1.972.952**	**1.724.391**	**339.688**	**248.273**	**1.240.700**	**1.098.728**
Resultado de equivalência patrimonial	12	59.312	59.230	362.323	348.208	255.311	253.260	922.956	828.442
Receitas financeiras		45.642	44.955	116.737	97.821	36.589	35.176	93.300	68.306
Despesas financeiras		(294.664)	(271.951)	(1.040.623)	(911.778)	(277.192)	(255.623)	(944.966)	(821.471)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23	**(249.022)**	**(226.996)**	**(923.886)**	**(813.957)**	**(240.603)**	**(220.447)**	**(851.666)**	**(753.165)**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**372.595**	**305.548**	**1.411.389**	**1.258.642**	**354.396**	**281.086**	**1.311.990**	**1.174.005**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.648)	(5.036)	(21.160)	(18.410)	(1.378)	(1.004)	(3.635)	(7.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.219)	40.094	(108.712)	(34.690)	7.710	60.524	(26.838)	39.121
Imposto de renda e contribuição social	24	**(11.867)**	**35.058**	**(129.872)**	**(53.100)**	**6.332**	**59.520**	**(30.473)**	**31.537**
Resultado líquido do período		**360.728**	**340.606**	**1.281.517**	**1.205.542**	**360.728**	**340.606**	**1.281.517**	**1.205.542**
Resultado por ação									
Ação ordinária - básico e diluído (em R$)	20	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647
Ação preferencial - básico e diluído (em R$)	20	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Consolidado				Controladora			
		01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período		**360.728**	**340.606**	**1.281.517**	**1.205.542**	**360.728**	**340.606**	**1.281.517**	**1.205.542**
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	19	-	(8.206)	(6.057)	(12.002)	-	(8.206)	(6.057)	(12.002)
Resultado abrangente do período		**360.728**	**332.400**	**1.275.460**	**1.193.540**	**360.728**	**332.400**	**1.275.460**	**1.193.540**

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado) para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros						
		Capital social	Custos com emissões de ações	Reserva de capital, Transações de capital	Legal	Incentivo fiscal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		**3.067.535**	**(25.500)**	**598.736**	**433.057**	**336.580**	**2.500.672**	**-**	**-**	**28.424**	**6.939.504**
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(408.404)	-	(408.404)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.002)	(12.002)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	1.205.542	-	1.205.542
Saldos em 30 de setembro de 2025 (Reapresentado)		**3.067.535**	**(25.500)**	**598.736**	**433.057**	**336.580**	**2.500.672**	**-**	**797.138**	**16.422**	**7.724.640**
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (Reapresentado)		**3.067.535**	**(25.500)**	**598.736**	**433.057**	**347.927**	**2.920.944**	**260.226**	**-**	**6.057**	**7.608.982**
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(260.226)	-	-	(260.226)
Dividendos intercalares declarados		-	-	-	-	-	-	-	(82.943)	-	(82.943)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(316.413)	-	(316.413)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.057)	(6.057)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	1.281.517	-	1.281.517
Saldos em 30 de setembro de 2026	17	**3.067.535**	**(25.500)**	**598.736**	**433.057**	**347.927**	**2.920.944**	**-**	**882.161**	**-**	**8.224.860**

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do fluxo de caixa
para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2026	30/09/2025 (Reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do período		1.281.517	1.205.542	1.281.517	1.205.542
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(362.323)	(348.208)	(922.956)	(828.442)
Depreciação e amortização		53.707	28.950	53.418	28.884
Provisões para riscos judiciais	16	5.534	7.790	3.140	4.973
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	15.1 e 23	13.918	(39.008)	-	(41.947)
Juros e variação monetária sobre debêntures	15.2 e 23	1.030.070	874.525	948.340	791.908
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	19 e 23	(13.903)	78.419	14.824	75.658
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	21.160	18.410	3.635	7.584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	108.712	34.690	26.838	(39.121)
Tributos indiretos diferidos	21	21.874	69.326	(9.668)	16.305
Custo de implementação de infraestrutura	21 e 22	513.942	1.300.351	97.730	319.418
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(978.772)	(883.989)	(587.456)	(596.985)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(353.344)	(285.060)	(179.055)	(113.128)
Receita de implementação de infraestrutura	8 e 21	(819.384)	(1.659.727)	(149.101)	(409.054)
Receita de aplicação financeira		(38.423)	(5.062)	(26.377)	210
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(4.530)	(9.775)	(1.964)	(8.695)
Despesa de atualização monetária de contingências	16	25.448	10.503	719	5.221
Perdas de crédito esperadas		-	8.766	-	7.249
(Reversão) para parcela variável	7	(1.276)	(15.364)	(1.539)	(15.614)
Provisão (reversão) para custos adicionais de projetos		(52.845)	23.039	(52.845)	23.039
Outros		93	88	93	87
		451.175	414.206	499.293	433.092
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão		1.337.845	1.140.383	895.412	808.047
Impostos e contribuições sociais ativos		25.127	141.853	45.773	126.727
Outros créditos		10.643	(104.140)	(8.139)	(15.705)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(696.721)	(1.200.668)	(199.658)	(288.523)
Taxas regulamentares		11.051	6.118	7.753	4.546
Impostos e contribuições sociais passivo		14.811	3.331	11.216	(12.361)
Outras contas a pagar		18.400	6.823	(1.983)	(10.843)
Dividendos recebidos das controladas		-	-	324.333	199.776
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas		438.049	891.462	438.049	891.462
		1.159.205	885.162	1.512.756	1.703.126
Caixa gerado nas atividades operacionais		**1.610.380**	**1.299.368**	**2.012.049**	**2.136.218**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.518)	(13.392)	(8.803)	(952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.583.862**	**1.285.976**	**2.003.246**	**2.135.266**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários		(214.089)	(492.847)	(201.606)	(320.652)
Adições no imobilizado e intangível		(29.008)	(26.154)	(29.213)	(26.096)
Aumento de capital nas controladas	12	-	-	(488.000)	(981.000)
Aquisição de controladas	12	(1.638.002)	-	(1.638.002)	-
Caixa líquido adquirido da aquisição de controladas	(i)	140.786	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.740.313)**	**(519.001)**	**(2.356.821)**	**(1.327.748)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	15.1	(18.202)	(378.326)	-	(375.602)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	15.1	(6.903)	(23.875)	-	(21.105)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	15.2	2.497.776	1.400.269	2.497.776	1.400.269
Pagamento de debêntures - principal	15.2	(1.165.332)	(725.140)	(1.121.617)	(705.374)
Pagamento de debêntures - juros	15.2	(628.996)	(564.149)	(597.432)	(532.524)
Pagamento de passivo de arrendamento		(323)	(625)	(323)	(604)
Pagamento de dividendos e JCP	13	(828.578)	(620.631)	(828.578)	(620.631)
Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	19	(172.430)	4.431	(164.411)	4.549
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		**(322.988)**	**(908.046)**	**(214.585)**	**(851.022)**
Redução no caixa e equivalentes de caixa		**(479.439)**	**(141.071)**	**(568.160)**	**(43.504)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5	741.596	750.976	681.498	607.653
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	262.157	609.905	113.338	564.149
Redução no caixa e equivalentes de caixa		**(479.439)**	**(141.071)**	**(568.160)**	**(43.504)**

(i) Informações complementares sobre as transações de investimento e financiamento que não afetaram caixa, relacionadas às aquisições de negócios do período, são apresentadas na nota explicativa nº 1.

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2026	30/09/2025 (Reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (Reapresentado)
Receitas					
Receita de contrato com cliente		3.064.473	3.696.493	1.753.372	1.938.101
Perdas de crédito esperadas	21	-	(8.766)	-	(7.249)
		3.064.473	3.687.727	1.753.372	1.930.852
Insumos adquiridos de terceiros (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(635.691)	(1.440.132)	(186.313)	(424.968)
Despesas gerais, administrativas e outros		43.259	(27.345)	46.109	(31.055)
		(592.432)	(1.467.477)	(140.204)	(456.023)
Valor adicionado bruto		**2.472.041**	**2.220.250**	**1.613.168**	**1.474.829**
Depreciação e amortização	22	(53.707)	(28.950)	(53.418)	(28.884)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**2.418.334**	**2.191.300**	**1.559.750**	**1.445.945**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	362.323	348.208	922.956	828.442
Receitas financeiras	23	116.737	97.821	93.300	68.306
		479.060	446.029	1.016.256	896.748
Valor adicionado total a distribuir		**2.897.394**	**2.637.329**	**2.576.006**	**2.342.693**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	22	103.287	100.816	67.224	75.521
Benefícios	22	62.332	53.729	55.664	49.363
FGTS		10.538	8.690	9.224	8.013
		176.157	163.235	132.112	132.897
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		395.984	353.269	214.724	179.995
Estaduais		1.069	1.717	866	1.189
Municipais		2.044	1.788	1.821	1.599
		399.097	356.774	217.411	182.783
Remuneração de capitais de terceiros					
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	23	1.043.988	819.996	948.340	734.440
Instrumentos financeiros derivativos	23	(13.903)	93.940	14.824	91.179
Arrendamentos	23	28	85	28	84
Outros	23	10.510	(2.243)	(18.226)	(4.232)
		1.040.623	911.778	944.966	821.471
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos intercalares declarados		82.943	79.301	82.943	79.301
Juros sobre capital próprio		316.413	408.404	316.413	408.404
Lucros Retidos		882.161	717.837	882.161	717.837
	20	1.281.517	1.205.542	1.281.517	1.205.542
Valor adicionado total distribuído		**2.897.394**	**2.637.329**	**2.576.006**	**2.342.693**

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

• Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
• Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
• Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
• Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
• Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
• Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

A Taesa detém participação em quarenta e nove concessões de transmissão, conforme detalhado na tabela abaixo:

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**) / Contrato de concessão	Início / Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP) Prazo (anos)	Próxima	Km (a) (não auditado)	SE (b)
Taesa								
TSN	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2029	1.139	8
Novatrans "NVT"	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2029	1.278	6
Munirah "MUN"	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2029	106	2
Gtesa "GTE"	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2029	52	3
Patesa "PAT"	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2029	164	4
ETEO	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2029	505	3
STE	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2029	390	5
ATE	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2029	370	3
ATE II	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2029	942	4
NTE	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2029	383	4
ATE III	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2029	454	4
Sant'Ana "SAN"	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2029	558	6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Partici-pação	Locali-dade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a)	SE (b)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima	(não auditado)	
Saíra "SIT"	21/02/2022 (**) 005/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4
Miracema "MIR"	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2031	90	3
Controladas								
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2029	82	2
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2029	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT") (d)	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2029	514	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2
Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	01/07/2027	363	4
Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG")	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2028	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG")	12/05/2021 (**) 003/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4
Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JUTR")	12/05/2021 (**) 20/2024	09/12/2024 09/12/2054	100%	SP	5	01/07/2030	n/a	1
Buriti Transmissora de Energia S.A. ("BUR")	12/08/2026 (*) 043/2017	13/11/2020 11/08/2047	100%	PA	5	01/07/2028	296	2
Aroeira Transmissora de Energia S.A. ("ARO")	12/08/2026 (*) 030/2018	21/12/2021 21/09/2048	100%	PA	5	01/07/2029	139	3
Cajuí Transmissora de Energia S.A. ("CAJ")	12/08/2026 (*) 004/2019	07/11/2022 22/03/2049	100%	TO e BA	5	01/07/2029	734	4
Macaúba Transmissora de Energia S.A. ("MAC")	12/08/2026 (*) 014/2021	28/04/2024 30/09/2051	100%	TO	5	01/07/2027	n/a	1
Jatobá Transmissora de Energia S.A. ("JAT")	12/08/2026 (*) 024/2017	14/03/2020 11/08/2047	100%	GO	5	01/07/2028	136	2
Controladas em conjunto								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2029	188	4
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (e)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 06/04/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (f)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 28/06/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (g)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	593	5
Coligadas								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	931	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2029	329	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2029	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	459	3
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2029	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	40	2
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2029	949	8
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	01/07/2030	n/a	1
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE")	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	240	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	164	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	139	2
Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste") (h)	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	162	3
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	61	2
Total geral							**16.637**	**160**

(a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para as concessões já em operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.
(c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).
(d) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Barreiras 2 - Rio Grande 2 C1 para conexão da SE Barreiras, aumentando o número de km de Linha de Transmissão. Data de entrada em operação em 20 de novembro de 2025.
(e) Foram acrescentados 55 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
(f) Foram acrescentados 138 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
(g) Os dados de km de Linha de Transmissão foram ajustados para refletir os valores de projeto da construção após finalização das obras de implantação da concessão, ocasionando uma diferença de 7 km a menos do valor anteriormente informado.
(h) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Juiz de Fora - Itutinga para conexão da SE Santos Dumont 2, aumentando o número de Subestações das concessões e da quantidade de km de Linha de Transmissão. Data de conclusão prevista para 30 de setembro de 2027.

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (São Gotardo, Mariana, Janaúba, Brasnorte, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará, Juruá, Buriti, Aroeira, Cajuí, Macaúba e Jatobá, ETAU, Aimorés, Paraguaçu), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE, ESTE e EDTE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

Aquisição de concessões - Em 21 de maio de 2026, a Companhia celebrou contrato com a Energisa Transmissão de Energia S.A. e a Energisa S.A. para aquisição de 100% do capital social da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A. ("EGO I"), Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. ("EPA I"), Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A. ("EPA II"), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A. ("ETT I") e Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A. ("ETT II"), cujas razões sociais foram posteriormente alteradas para Jatobá Transmissora de Energia S.A. ("JAT"), Buriti Transmissora de Energia S.A. ("BUR"), Aroeira Transmissora de Energia S.A. ("ARO"), Cajuí Transmissora de Energia S.A. ("CAJ") e Macaúba Transmissora de Energia S.A. ("MAC"), respectivamente. Em 14 de julho de 2026 a Assembleia Geral Extraordinária da Taesa, nos termos do Artigo 256 da Lei das S.A., aprovou a referida operação e a transação foi concluída em 12 de agosto de 2026, pelo montante pago integralmente a vista de R$1.638.002. A operação adiciona 1.305 km de linhas de transmissão, 12 subestações, 4.494 MVA de potência de transformação e R$305.069 (ciclo 2026-2027) em RAP, distribuídos em 5 contratos de concessão com prazo médio de 22 anos, reforçando a estratégia de crescimento da Companhia, na busca por ativos de transmissão que gerem sinergias com suas linhas atuais e alonguem o prazo médio de duração das concessões da Taesa, sempre se pautando nos pilares de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos acionistas, além de consolidar seu posicionamento de liderança e referência no setor de transmissão de energia elétrica do país.

A aquisição destas empresas resultou em uma combinação de negócios e na consequente consolidação das adquiridas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data de aquisição. A operação foi contabilizada pelo método de aquisição, conforme o CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada na data de aquisição, em 12 de agosto de 2026, provisoriamente por consultoria independente especializada, com base no balanço patrimonial das adquiridas em 31 de julho de 2026. Adicionalmente, foram avaliados os eventos após as transações ocorridas entre a data do referido balanço e a data efetiva da aquisição, não tendo sido identificados efeitos ou transações relevantes que alterassem os saldos provisórios determinados.

A contabilização inicial da aquisição das empresas adquiridas foi determinada apenas temporariamente no final do período de relatório. Na data de conclusão destas informações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

trimestrais, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados, considerando a data recente da transação e, portanto, foram apurados provisoriamente com base na melhor estimativa da Administração, e permanecem sujeitos a revisão durante o período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócios, de até 12 meses contados da data da aquisição.

Não foi apurado ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) nem ganho por compra vantajosa na transação.

A contraprestação transferida e os valores justos reconhecidos na aquisição estão demonstrados a seguir:

	EGO I	EPA I	EPA II	ETT I	ETT II	Total
Data da aquisição	12/08/2026	12/08/2026	12/08/2026	12/08/2026	12/08/2026	12/08/2026
Preço pago	431.973	437.707	323.704	400.239	44.379	1.638.002
Participação adquirida	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil	554.208	546.692	459.303	604.967	89.888	2.255.058
Valor justo	431.973	437.707	323.704	400.239	44.379	1.638.002
Ajuste ao valor justo	(122.235)	(108.985)	(135.599)	(204.728)	(45.509)	(617.056)

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data das aquisições, acrescidos dos ajustes apurados no período de mensuração, foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Jatobá anteriormente EGO I		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	19.716	-	19.716
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.433	-	5.433
Tributos a recuperar	663	-	663
Ativo de contrato de concessão	571.679	(130.991)	440.688
Outras contas a receber	1.485	-	1.485
	598.976	**(130.991)**	**467.985**
Passivos			
Fornecedores	2.807	-	2.807
Tributos diferidos	20.866	(4.781)	16.085
Impostos e contribuições sociais	672	-	672
Impostos e contribuições sociais diferidos	18.860	(4.035)	14.825
Provisões para riscos judiciais	65	60	125
Outras contas a pagar	1.498	-	1.498
	44.768	**(8.756)**	**36.012**
Patrimônio líquido	**554.208**	**(122.235)**	**431.973**

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Buriti anteriormente EPA I		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	31.725	-	31.725
Títulos e valores mobiliários	17.014	-	17.014
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6.944	-	6.944
Tributos a recuperar	6.296	-	6.296
Ativo de contrato de concessão	722.968	(116.614)	606.354
Outras contas a receber	1.942	-	1.942
	786.889	**(116.614)**	**670.275**
Passivos			
Fornecedores	88	-	88
Empréstimos e financiamentos	166.996	-	166.996
Tributos diferidos	26.388	(4.256)	22.132
Impostos e contribuições sociais	2.063	-	2.063
Impostos e contribuições sociais diferidos	24.526	(3.592)	20.934
Instrumentos financeiros derivativos	18.490	-	18.490
Provisões para riscos judiciais	301	219	520
Outras contas a pagar	1.345	-	1.345
	240.197	**(7.629)**	**232.568**
Patrimônio líquido	**546.692**	**(108.985)**	**437.707**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Aroeira anteriormente EPA II		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	33.246	-	33.246
Títulos e valores mobiliários	21.136	-	21.136
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.506	-	5.506
Tributos a recuperar	3.762	-	3.762
Ativo de contrato de concessão	691.149	(144.526)	546.623
Outras contas a receber	2.395	-	2.395
	757.194	**(144.526)**	**612.668**
Passivos			
Fornecedores	10.195	-	10.195
Empréstimos e financiamentos	211.213	-	211.213
Tributos diferidos	25.227	(5.275)	19.952
Impostos e contribuições sociais	2.792	-	2.792
Impostos e contribuições sociais diferidos	23.640	(4.452)	19.188
Instrumentos financeiros derivativos	23.401	-	23.401
Provisões para riscos judiciais	-	800	800
Outras contas a pagar	1.423	-	1.423
	297.891	**(8.927)**	**288.964**
Patrimônio líquido	**459.303**	**(135.599)**	**323.704**

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Cajuí anteriormente ETT I		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	55.179	-	55.179
Títulos e valores mobiliários	18.277	-	18.277
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	10.150	-	10.150
Impostos e contribuições sociais	1.071	-	1.071
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	48.798	48.798
Ativo de contrato de concessão	1.204.331	(336.711)	867.620
Outras contas a receber	3.385	-	3.385
	1.292.393	**(287.913)**	**1.004.480**
Passivos			
Fornecedores	4.190	-	4.190
Empréstimos e financiamentos	511.266	-	511.266
Tributos diferidos	111.401	(31.146)	80.255
Impostos e contribuições sociais	2.822	-	2.822
Impostos e contribuições sociais diferidos	55.094	(55.094)	-
Provisões para riscos judiciais	819	3.055	3.874
Outras contas a pagar	1.834	-	1.834
	687.426	**(83.185)**	**604.241**
Patrimônio líquido	**604.967**	**(204.728)**	**400.239**

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Macaúba anteriormente ETT II		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	921	-	921
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	591	-	591
Tributos a recuperar	15	-	15
Ativo de contrato de concessão	97.279	(48.793)	48.486
Outras contas a receber	56	-	56
	98.862	**(48.793)**	**50.069**
Passivos			
Fornecedores	2.178	-	2.178
Tributos diferidos	3.551	(1.781)	1.770
Impostos e contribuições sociais	77	-	77
Impostos e contribuições sociais diferidos	2.998	(1.503)	1.495
Outras contas a pagar	170	-	170
	8.974	**(3.284)**	**5.690**
Patrimônio líquido	**89.888**	**(45.509)**	**44.379**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Mensuração do valor justo

O valor justo foi classificado no Nível 3 da hierarquia do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do valor justo, e foram determinados a partir do método da renda utilizando o fluxo de caixa descontado.

O ativo de concessão, principal ativo identificado, foi avaliado pelo método *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, considerando capital de giro, ativo imobilizado e força de trabalho como ativos contributivos. As projeções consideraram o prazo remanescente das concessões, RAP reajustada pelo IPCA, revisões tarifárias, custos operacionais, investimentos, tributos, capital de giro e indenização ao término dos contratos.

b) Efeitos no resultado

Desde a data de aquisição até 30 de setembro de 2026, as adquiridas contribuíram com receita líquida de R$36.129 e lucro líquido de R$31.998.

Foram pagas e reconhecidas no resultado do período despesas relacionadas à aquisição no montante de R$12.667, registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", não compondo o custo da aquisição.

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2026, a receita líquida e o lucro líquido consolidados teriam sido de R$3.065.144 e R$1.393.073, respectivamente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12.

O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 11 de novembro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa (NE) 19.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as respectivas demonstrações financeiras anuais.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia declara que as práticas contábeis materiais, constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

3.1. Combinação de negócios

A Companhia utiliza nas operações de combinação de negócios o método de aquisição, conforme o CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócios. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) o valor justo dos passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um goodwill surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes (i) a (iv). Quando esse valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas

3.2.1 Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor em 2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	O IASB emitiu pequenas alterações, clarificações e correções em cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais. No IFRS 1, foram revisados os critérios relacionados à contabilidade de hedge, de forma a harmonizá-los com o IFRS 9. No IFRS 7, eliminaram-se	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
	referências obsoletas e aprimorou-se a consistência textual com os termos utilizados no IFRS 13, além de ajustes nas orientações para implementação. No IFRS 9, ajuste de referência cruzada e ajustes de termos e resolução de inconsistência com o IFRS 15, nos tópicos de desreconhecimento de passivos de arredamento e Preço da transação. Por fim, no IFRS 10, a redação relativa à identificação de "agente de fato" foi revisada para eliminar potenciais interpretações conflitantes e destacar que essa avaliação requer julgamento profissional.		
IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG').	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.

3.2.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 1° de janeiro de 2027

Na data de autorização destas informações intermediárias, o Grupo não adotou as IFRS Accounting Standards novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	A Companhia está avaliando os impactos da referida norma.
IFRS 20: Ativos e Passivos Regulatórios	A IFRS 20 introduz um modelo obrigatório de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando existem diferenças temporárias entre o momento em que uma entidade presta bens ou serviços regulados e o momento em que recupera ou devolve tais valores mediante tarifas reguladas. A IFRS 20 também melhora a reapresentação financeira das atividades reguladas e substitui a IFRS 14, que permitia manter políticas contábeis anteriores unicamente para adotantes pela primeira vez.	01/01/2029	A Companhia está avaliando os impactos da referida norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações intermediárias consolidadas e individuais da Companhia.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS

Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em virtude do ajuste da contabilização do swap relacionado à liquidação de transações do hedge de fluxo de caixa da 1ª série da 6ª emissão de debentures, de acordo com as orientações do "CPC 23 / IAS 8" – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". O ajuste resultou em impacto líquido negativo de R$10.244 no lucro líquido do período 30 de setembro de 2025, correspondente a uma diferença bruta no resultado financeiro de R$15.521, parcialmente compensada pelo efeito tributário de R$5.277. O efeito líquido acumulado desses ajustes totalizou R$82.429 em 31 de dezembro de 2025, sem impactos sobre o caixa, endividamento ou covenants financeiros, afetando exclusivamente o momento do reconhecimento contábil entre o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, conforme apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	Consolidado			Controladora		
	31/12/2025 (Apresentado)	Impactos	31/12/2025 (Reapresentado)	31/12/2025 (Apresentado)	Impactos	31/12/2025 (Reapresentado)
Ativo						
Ativos circulantes não afetados	3.579.382	-	3.579.382	2.774.115	-	2.774.115
Total do Ativo Circulante	**3.579.382**	**-**	**3.579.382**	**2.774.115**	**-**	**2.774.115**
Ativos não circulantes não afetados	18.927.124	-	18.927.124	17.053.032	-	17.053.032
Total do Ativo Não Circulante	**18.927.124**	**-**	**18.927.124**	**17.053.032**	**-**	**17.053.032**
Total do Ativo	**22.506.506**	**-**	**22.506.506**	**19.827.147**	**-**	**19.827.147**
Passivo		-			-	
Passivos circulantes não afetados	2.285.134	-	2.285.134	2.038.891	-	2.038.891
Total do Passivo Circulante	**2.285.134**	**-**	**2.285.134**	**2.038.891**	**-**	**2.038.891**
Outros passivos não circulantes não afetados	12.612.390	-	12.612.390	10.179.274	-	10.179.274
Total do Passivo Não Circulante	**12.612.390**	**-**	**12.612.390**	**10.179.274**	**-**	**10.179.274**
Reserva de lucros	3.784.357	(82.429)	3.701.928	3.784.357	(82.429)	3.701.928
Outros resultados abrangentes	(76.372)	82.429	6.057	(76.372)	82.429	6.057
Outros itens não afetados	3.900.997	-	3.900.997	3.900.997	-	3.900.997
Total do Patrimônio Líquido	**7.608.982**	**-**	**7.608.982**	**7.608.982**	**-**	**7.608.982**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**22.506.506**	**-**	**22.506.506**	**19.827.147**	**-**	**19.827.147**

Demonstração do Resultado	Consolidado					
	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	884.738	-	884.738	2.541.289	-	2.541.289
Remuneração do ativo contratual de concessão	295.819	-	295.819	883.989	-	883.989
Receita Operacional Líquida	**1.180.557**	**-**	**1.180.557**	**3.425.278**	**-**	**3.425.278**
Custos operacionais	(641.375)	-	(641.375)	(1.510.901)	-	(1.510.901)
Resultado Bruto	**539.182**	**-**	**539.182**	**1.914.377**	**-**	**1.914.377**
Despesas operacionais	(65.868)	-	(65.868)	(189.986)	-	(189.986)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	**473.314**	**-**	**473.314**	**1.724.391**	**-**	**1.724.391**
Resultado de equivalência patrimonial	59.230	-	59.230	348.208	-	348.208
Receita financeira	44.955	-	44.955	97.821	-	97.821
Despesa financeira	(271.951)	-	(271.951)	(896.257)	(15.521)	(911.778)
Resultado financeiro	**(226.996)**	**-**	**(226.996)**	**(798.436)**	**(15.521)**	**(813.957)**
Resultado antes dos impostos e contribuições	**305.548**	**-**	**305.548**	**1.274.163**	**(15.521)**	**1.258.642**
Impostos e contribuições	35.058	-	35.058	(58.377)	5.277	(53.100)
Resultado líquido do período	**340.606**	**-**	**340.606**	**1.215.786**	**(10.244)**	**1.205.542**
Resultado por ação						
Ação ordinária - básico e diluído (em R$)	0,32957	-	0,32957	1,17638	(0,00991)	1,16647
Ação preferencial - básico e diluído (em R$)	0,32957	-	0,32957	1,17638	(0,00991)	1,16647

Demonstração do Resultado	Controladora					
	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	335.592	-	335.592	1.156.009	-	1.156.009
Remuneração do ativo contratual de concessão	197.736	-	197.736	596.985	-	596.985
Receita Operacional Líquida	**533.328**	**-**	**533.328**	**1.752.994**	**-**	**1.752.994**
Custos operacionais	(227.815)	-	(227.815)	(484.385)	-	(484.385)
Resultado Bruto	**305.513**	**-**	**305.513**	**1.268.609**	**-**	**1.268.609**
Despesas operacionais	(57.240)	-	(57.240)	(169.881)	-	(169.881)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	**248.273**	**-**	**248.273**	**1.098.728**	**-**	**1.098.728**
Resultado de equivalência patrimonial	253.260	-	253.260	828.442	-	828.442
Receita financeira	35.176	-	35.176	68.306	-	68.306
Despesa financeira	(255.623)	-	(255.623)	(805.950)	(15.521)	(821.471)
Resultado financeiro	**(220.447)**	**-**	**(220.447)**	**(737.644)**	**(15.521)**	**(753.165)**
Resultado antes dos impostos e contribuições	**281.086**	**-**	**281.086**	**1.189.526**	**(15.521)**	**1.174.005**
Impostos e contribuições	59.520	-	59.520	26.260	5.277	31.537
Resultado líquido do período	**340.606**	**-**	**340.606**	**1.215.786**	**(10.244)**	**1.205.542**
Resultado por ação						
Ação ordinária - básico e diluído (em R$)	0,32957	-	0,32957	1,17638	(0,00991)	1,16647
Ação preferencial - básico e diluído (em R$)	0,32957	-	0,32957	1,17638	(0,00991)	1,16647

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado e Controladora					
	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/07/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	340.606	-	340.606	1.215.786	(10.244)	1.205.542
Outros resultados	(8.206)	-	(8.206)	(22.246)	10.244	(12.002)
Resultado abrangente total do período	**332.400**	**-**	**332.400**	**1.193.540**	**-**	**1.193.540**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Consolidado e controladora			Consolidado e controladora			Consolidado e controladora		
	31/12/2024 (Apresentado)	Impactos	31/12/2024 (Reapresentado)	30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	30/09/2025 (Reapresentado)	31/12/2025 (Apresentado)	Impactos	31/12/2025 (Reapresentado)
Reserva de lucros	3.328.565	(58.256)	3.270.309	3.328.565	(68.500)	3.260.065	3.784.357	(82.429)	3.701.928
Ajuste de avaliação patrimonial	12.759	58.256	71.015	(22.246)	68.500	46.254	(46.540)	82.429	35.889
Outros itens não afetados	3.598.180	-	3.598.180	4.339.020	-	4.339.020	3.871.165	-	3.871.165
Total do Patrimônio Líquido	**6.939.504**	**-**	**6.939.504**	**7.645.339**	**-**	**7.645.339**	**7.608.982**	**-**	**7.608.982**

Fluxo de Caixa	Consolidado			Controladora		
	30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	30/09/2025 (Reapresentado)	30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	1.215.786	(10.244)	1.205.542	1.215.786	(10.244)	1.205.542
Ajustes para:						
Perda com instrumentos financeiros derivativos	78.419	15.521	93.940	75.658	15.521	91.179
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.967	(5.277)	34.690	(33.844)	(5.277)	(39.121)
Outros itens não afetados	(919.966)	-	(919.966)	(824.508)	-	(824.508)
Variações nos ativos e passivos	871.770	-	871.770	1.702.174	-	1.702.174
Fluxo de caixa operacional	**1.285.976**	**-**	**1.285.976**	**2.135.266**	**-**	**2.135.266**
Fluxo de caixa de investimento	**(519.001)**	**-**	**(519.001)**	**(1.327.748)**	**-**	**(1.327.748)**
Fluxo de caixa de financiamento	**(908.046)**	**-**	**(908.046)**	**(851.022)**	**-**	**(851.022)**
Redução líquida caixa e equivalentes de caixa	**(141.071)**	**-**	**(141.071)**	**(43.504)**	**-**	**(43.504)**

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado			Controladora		
	30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	30/09/2025 (Reapresentado)	30/09/2025 (Apresentado)	Impactos	30/09/2025 (Reapresentado)
Valor adicionado bruto	**2.220.250**	**-**	**2.220.250**	**1.474.829**	**-**	**1.474.829**
Depreciação e amortização	(28.950)	-	(28.950)	(28.884)	-	(28.884)
Valor adicionado líquido produzido	**2.191.300**	**-**	**2.191.300**	**1.445.945**	**-**	**1.445.945**
Valor recebido em transferência	**446.029**	**-**	**446.029**	**896.748**	**-**	**896.748**
Valor adicionado total a distribuir	**2.637.329**	**-**	**2.637.329**	**2.342.693**	**-**	**2.342.693**
Pessoal	163.235	-	163.235	132.897	-	132.897
Impostos	362.051	(5.277)	356.774	188.060	(5.277)	182.783
Remuneração de capitais de terceiros	896.257	15.521	911.778	805.950	15.521	821.471
Remuneração de capitais próprios	1.215.786	(10.244)	1.205.542	1.215.786	(10.244)	1.205.542
Distribuição do valor adicionado	**2.637.329**	**-**	**2.637.329**	**2.342.693**	**-**	**2.342.693**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	51.206	2.256	18.677	629
Aplicações financeiras	210.951	739.340	94.661	680.869
	262.157	**741.596**	**113.338**	**681.498**

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
CDB e Operações Compromissadas	100,71% do CDI	100,58% do CDI	100,89% do CDI	100,43% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI[1]	4.276	3.947	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança[2]	-	226.697	-	173.614
Fundo Investimento BB Barra[3]	625.486	293.328	508.302	208.171
Aplicação CDB de Longo Prazo[4]	74.380	35.838	39.136	35.838
Aplicações CDB de Curto Prazo[5]	70.804	24.125	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fundo Investimento BTG Conexão[6]	117.928	-	98.168	-
	892.874	**583.935**	**645.606**	**417.623**
Ativo circulante	**814.218**	**544.150**	**606.470**	**381.785**
Ativo não circulante	**78.656**	**39.785**	**39.136**	**35.838**

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI[1]	92,96% do CDI	93,23% do CDI	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança[2]	-	100,86% do CDI	-	100,86% do CDI
Fundo Investimento BB Barra[3]	102,99% do CDI	102,77% do CDI	102,99% do CDI	102,77% do CDI
Aplicação CDB de Longo Prazo[4]	98,62% do CDI	99,02% do CDI	-	97,83% do CDI
Aplicações CDB de Curto Prazo[5]	100% do CDI	100% do CDI	-	-
Fundo Investimento BTG Conexão[6]	103,01% do CDI	-	103,01% do CDI	-

[1] Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.
[2] Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária. O fundo foi encerrado, com a consequente transferência dos recursos para o fundo Conexão, constituído para dar continuidade à gestão dos investimentos.
[3] Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária. Nossas aplicações (fundos e CDB/operações compromissadas) seguem diretrizes pré-estabelecidas pela companhia, alinhadas à política de aplicações financeiras, permitindo alocação apenas em títulos com rating 'AAA' e 'AA', além de respeitar o limite máximo de 30% do caixa da companhia alocado por instituição financeira.
[4] CDB destinado a conta reserva, Taesa, Aroeira e Buriti (liquidação no final da dívida).
[5] CDB destinado a conta reserva, utilizado para pagamento a serviço da dívida 1ª e 2ª emissões de debêntures da controlada Janaúba (acumula 6 meses e paga juros e principal) e Cajuí.
[6]Fundo restrito mantido junto ao Banco BTG Pactual que tem como característica aplicar em títulos com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros.

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Concessionárias e permissionárias	459.353	346.666	300.717	279.954
Perdas de crédito esperadas (PCE) [1]	(65.749)	(53.166)	(44.011)	(44.011)
Concessionárias e permissionárias, líquido de PCE	**393.604**	**293.500**	**256.706**	**235.943**
Parcela variável [2]	(7.386)	(8.662)	(6.570)	(8.109)
	386.218	**284.838**	**250.136**	**227.834**
Circulante	**363.790**	**262.410**	**230.466**	**208.164**
Não circulante [3]	**22.428**	**22.428**	**19.670**	**19.670**

[1]O saldo se refere à identificação de risco na base de clientes e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. A variação no consolidado decorre majoritariamente da aquisição das empresas. [2]Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. [3]O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Movimentação da PV	31/12/2025	Adição	Reversão	Descontos	30/09/2026
Consolidado	**(8.662)**	(41.874)	31.690	11.460	**(7.386)**
Controladora	**(8.109)**	(29.477)	22.564	8.452	**(6.570)**

Movimentação da PV	31/12/2024	Adição	Reversão	Descontos	31/12/2025
Consolidado	**(20.208)**	(17.613)	4.052	25.107	**(8.662)**
Controladora	**(19.464)**	(15.777)	4.033	23.099	**(8.109)**

Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					30/09/2026	31/12/2025
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Consolidado	320.741	17.745	2.948	1.436	50.734	**393.604**	**293.500**
Controladora	199.398	13.765	2.957	740	39.846	**256.706**	**235.943**

As principais características dos contratos de concessão e estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP) – encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Não houve alteração para esta demonstração intermediária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A tabela abaixo detalha os valores das RAPs ativas, exceto para os projetos principais em construção.

Concessão	Ciclo 2026-2027 Despacho 2.268 de 22/06/2026 Período: de 01/07/2026 a 30/06/2027			Ciclo 2025-2026 Resolução 3.481 de 15/07/2025 Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Ciclo 2024-2025 Resolução 3.348 de 16/07/2024 Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025		
	RAP	PA[1]	Total	RAP	PA[1]	Total	RAP	PA[1]	Total
TSN	531.795	(22.992)	508.803	510.318	(27.293)	483.025	478.336	(27.060)	451.276
GTE	9.316	(295)	9.021	9.138	(334)	8.804	8.538	(366)	8.172
MUN	35.806	(647)	35.159	35.121	993	36.114	31.502	(1.329)	30.173
PAT	29.076	(963)	28.113	28.520	(689)	27.831	26.099	(2.005)	24.094
ETEO	166.064	(5.120)	160.944	162.887	(4.965)	157.922	152.272	(5.906)	146.366
NVT	560.435	(49.891)	510.544	549.715	(43.828)	505.887	471.472	(59.659)	411.813
STE	80.798	(2.597)	78.201	79.252	(2.983)	76.269	74.111	(3.884)	70.227
NTE	145.082	(4.722)	140.360	142.307	(5.347)	136.960	132.964	(5.961)	127.003
ATE	159.540	(4.324)	155.216	137.811	(4.770)	133.041	128.801	(5.629)	123.172
ATE II	220.077	(6.799)	213.278	215.867	(7.800)	208.067	201.746	(9.124)	192.622
ATE III[2]	115.707	(3.372)	112.335	103.787	(3.502)	100.285	98.504	(4.993)	93.511
SAN[2]	97.443	(3.660)	93.783	93.047	(2.936)	90.111	88.347	1.148	89.495
SIT[2] [3]	200.791	(4.741)	196.050	191.732	(8.493)	183.239	182.047	(8.275)	173.772
SGT[2]	8.268	(8)	8.260	7.895	(2)	7.893	7.496	11	7.507
BRAS[2]	44.246	(1.980)	42.266	42.250	(2.692)	39.558	40.128	(272)	39.856
MAR[2]	25.065	(14)	25.051	23.935	(250)	23.685	22.725	(313)	22.412
MIR[2]	106.595	(3.299)	103.296	104.249	(3.043)	101.206	98.983	(4.385)	94.598
SPT[2]	105.984	410	106.394	83.995	1.923	85.918	78.504	(739)	77.765
SJT[2]	73.864	(2.509)	71.355	70.532	(2.453)	68.079	66.969	(2.845)	64.124
LNT[2]	19.169	(245)	18.924	17.707	(865)	16.842	16.813	(1.415)	15.398
JAN[2]	306.892	(10.529)	296.363	293.046	(10.410)	282.636	278.245	(11.023)	267.222
ANT[2]	173.056	801	173.857	171.140	-	171.140	162.496	-	162.496
TNG[2] [4]	113.372	(1.178)	112.194	108.257	-	108.257	102.789	-	102.789
PTG[2]	24.519	(881)	23.638	23.413	(106)	23.307	22.201	-	22.201
JUTR[4]	20.507	-	20.507	19.582	-	19.582	18.408	-	18.408
BUR[5]	74.680	(3.400)	71.280	-	-	-	-	-	-
ARO[5]	60.926	(3.396)	57.530	-	-	-	-	-	-
CAJ[5]	103.854	(3.565)	100.289	-	-	-	-	-	-
MAC[5]	5.918	(109)	5.809	-	-	-	-	-	-
JAT[5]	59.691	(2.071)	57.620	-	-	-	-	-	-
	3.678.536	**(142.096)**	**3.536.440**	**3.225.503**	**(129.845)**	**3.095.658**	**2.990.496**	**(154.024)**	**2.836.472**

[1]Parcela de Ajuste. [2]Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. [3]Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento. RAP ativa de R$157.837 no ciclo 2025-2026. [4]Projeto principal está em construção, atingiu 98,03% de sua RAP estabelecida. [5]Empresa adquirida em 12 de agosto de 2026, conforme descrito na NE 1.

O Despacho n° 2.268/2026 estabeleceu as RAPs das transmissoras para o ciclo 2026-2027 e as Parcela de Ajuste de Vida Útil (PA VU) e Parcela de Ajuste de Retroatividade (PA RETRO).

A PA VU é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA RETRO. Após resultado da revisão tarifária, essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente até a próxima revisão tarifária da Concessionária.

A PA RETRO é utilizada para corrigir eventuais diferenças entre as receitas provisória e blindada desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços.

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	1 ciclos	2 ciclos	3 ciclos		2 ciclos	3 ciclos	
TSN	-	-	-	**-**	-	(7.758)	**(7.758)**
ETEO	-	95	32	**127**	-	75	**75**
NVT	330	-	-	**330**	-	(38.917)	**(38.917)**
STE	-	-	-	**-**	-	(50)	**(50)**
NTE	-	-	-	**-**	-	(205)	**(205)**
ATE	-	-	-	**-**	-	124	**124**
ATE II	-	-	-	**-**	-	112	**112**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	1 ciclos	2 ciclos	3 ciclos		2 ciclos	3 ciclos	
ATE III[1]	-	198	110	**308**	-	(273)	**(273)**
BRAS[1]	-	-	-	**-**	(348)	-	**(348)**
MAR[1]	-	-	-	**-**	-	706	**706**
SPT[1]	-	-	-	**-**	-	4.770	**4.770**
ARO[1]	-	-	-	**-**		448	**448**
	330	**293**	**142**	**765**	**(348)**	**(40.968)**	**(41.316)**

[1]Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

8. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutação do ativo de contrato de concessão								
Concessão	**31/12/2025**	**Adição (baixa)**	**Aquisições[1]**	**Custos adicionais**	**Remuneração**	**Correção monetária**	**Recebimentos**	**30/09/2026**
TSN	808.962	874	-	-	54.631	6.258	(100.464)	770.261
MUN	63.979	(214)	-	-	4.658	945	(6.995)	62.373
GTE	25.669	12	-	-	1.967	458	(4.015)	24.091
PAT	110.884	11	-	-	6.134	1.716	(13.333)	105.412
ETEO	320.682	54	-	-	22.807	5.993	(63.904)	285.632
NVT	1.507.574	2.790	-	-	142.560	24.274	(254.376)	1.422.822
NTE	352.856	51	-	-	36.278	6.265	(59.314)	336.136
STE	292.642	4	-	-	21.512	5.096	(40.787)	278.467
ATE	643.181	99.268	-	-	37.825	9.595	(67.142)	722.727
ATE II	777.540	5.711	-	-	46.459	11.443	(80.020)	761.133
ATE III	496.746	22.973	-	-	23.244	14.399	(39.310)	518.052
SAN	838.532	-	-	-	57.639	27.582	(64.493)	859.260
SIT	1.413.728	17.221	-	35.880	80.856	33.688	(87.841)	1.493.532
MIR	747.928	346	-	-	50.886	31.343	(59.715)	770.788
Total Controladora	**8.400.903**	**149.101**	**-**	**35.880**	**587.456**	**179.055**	**(941.709)**	**8.410.686**
Circulante	**1.155.967**							**1.249.670**
Não circulante	**7.244.936**							**7.161.016**
MAR	280.545	-	-	-	12.081	9.042	(16.640)	285.028
SGT	75.653	-	-	-	2.965	2.488	(5.030)	76.076
JAN	2.486.087	-	-	-	176.613	83.158	(202.010)	2.543.848
BRAS	251.691	-	-	-	20.466	7.978	(26.766)	253.369
SJT	691.261	-	-	-	31.762	22.126	(45.893)	699.256
SPT	873.366	58.773	-	-	41.317	28.380	(58.122)	943.714
LNT	150.692	7.466	-	-	10.232	5.065	(11.903)	161.552
ANT	2.069.842	422.621	-	-	19.475	(5.914)	(27.865)	2.478.159
PTG	304.987	-	-	-	10.697	10.335	(14.966)	311.053
TNG	1.299.372	166.460	-	-	30.793	16.973	(41.136)	1.472.462
JUTR	2.103	14.963	-	-	-	-	-	17.066
BUR	-	-	606.354	-	9.792	(4.053)	(10.644)	601.449
ARO	-	-	546.623	-	7.560	(1.599)	(8.515)	544.069
CAJ	-	-	867.620	-	13.213	(2.538)	(14.419)	863.876
MAC	-	-	48.486	-	439	248	(920)	48.253
JAT	-	-	440.688	-	3.911	2.600	(8.323)	438.876
Total Consolidado	**16.886.502**	**819.384**	**2.509.771**	**35.880**	**978.772**	**353.344**	**(1.434.861)**	**20.148.792**
Circulante	**1.701.687**							**2.341.356**
Não circulante	**15.184.815**							**17.807.436**

[1]Aquisições mencionadas vide NE 3.1 – Combinação de negócios.

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	**31/12/2024**	**Adição (baixa)**	**Custos adicionais**	**Remuneração**	**Correção monetária**	**Realização**	**31/12/2025**
TSN	805.803	48.434	-	71.167	2.594	(119.036)	808.962
MUN	62.541	3.732	-	6.125	(109)	(8.310)	63.979
GTE	27.917	16	-	2.842	40	(5.146)	25.669
PAT	118.984	(49)	-	8.786	248	(17.085)	110.884
ETEO	366.860	552	-	34.683	534	(81.947)	320.682
NVT	1.572.803	37.146	-	203.089	17.225	(322.689)	1.507.574
NTE	376.852	(138)	-	51.537	628	(76.023)	352.856
STE	313.927	5	-	30.588	406	(52.284)	292.642
ATE	608.624	67.192	-	53.079	363	(86.077)	643.181
ATE II	814.565	452	-	64.809	367	(102.653)	777.540
ATE III	450.491	48.856	-	29.044	15.734	(47.379)	496.746
SAN	806.662	-	-	74.499	34.420	(77.049)	838.532
SIT	1.091.874	291.764	(13.806)	96.393	41.469	(93.966)	1.413.728
MIR	725.580	1.517	-	66.131	30.911	(76.211)	747.928
Total Controladora	**8.143.483**	**499.479**	**(13.806)**	**792.772**	**144.830**	**(1.165.855)**	**8.400.903**
Circulante	**1.053.265**						**1.155.967**
Não circulante	**7.090.218**						**7.244.936**
MAR	274.711	-	-	15.827	11.297	(21.290)	280.545
SGT	75.021	-	-	3.929	3.139	(6.436)	75.653
JAN	2.412.531	-	-	229.542	102.487	(258.473)	2.486.087
BRAS	248.927	-	-	27.071	9.943	(34.250)	251.691

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	**31/12/2024**	**Adição (baixa)**	**Custos adicionais**	**Remuneração**	**Correção monetária**	**Realização**	**31/12/2025**
SJT	680.455	-	-	41.772	27.755	(58.721)	691.261
SPT	717.106	82.173	-	47.504	90.311	(63.728)	873.366
LNT	146.310	-	-	13.155	6.261	(15.034)	150.692
ANT	1.290.742	779.100	-	-	-	-	2.069.842
PTG	246.616	57.575	-	7.181	3.479	(9.864)	304.987
TNG	420.564	878.808	-	-	-	-	1.299.372
JUTR	100	2.003	-	-	-	-	2.103
Total Consolidado	**14.656.566**	**2.299.138**	**(13.806)**	**1.178.753**	**399.502**	**(1.633.651)**	**16.886.502**
Circulante	**1.477.218**						**1.701.687**
Não circulante	**13.179.348**						**15.184.815**

As principais adições estão relacionadas aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (i)
Novas construções						
PTG Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R$23.625 (iv)	R$243.153	Energização concluída em junho de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 10/2023 (ii)
ANT Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R$166.962 (iv)	R$1.750.054	Energização concluída em julho de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 102/2022 (ii)
TNG Encruzo Novo – Santa Luzia III Açailândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açailândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor "Shunt" e Banco de Reatores de Barra	Suprimento às regiões de Açailândia, Buriticupu, Vitorino Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e a região Noroeste do estado do Maranhão	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R$109.380 (iv)	R$1.117.077	Energização parcial em março, abril, maio, julho e agosto de 2026 (v)	ADE da RFB nº 192/2023 (ii)
SIT Instalações de Garabi I e II – Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Teleproteção das Conversoras Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação internacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R$182.218 (iv)	R$1.175.720 (iii)	Energização parcial em abril e agosto de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 537/ 2024 (ii)
JUTR SE 440/138 kV Estância Secc. da LT 440 kV Bauru - Salto na SE Estância	Implantação da subestação para atendimento à região de Jaú	Contrato Concessão ANEEL 020/2024	R$19.785 (iv)	R$244.013	Junho de 2028	-
Reforços						
NVT SE Imperatriz e SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R$27.705	R$189.298	Energização concluída em fevereiro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 59/2023 (ii)
TSN Bom Jesus da Lapa II	Reforço do 3º ATR de Bom Jesus da Lapa II	Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.194/2022	R$10426 (iv)	R$70.761	Energização concluída em setembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 143/ 2022 (ii)
SPT Secc. da LT 230 kV – Rio Grande II – Barreiras II na SE Barreiras	Instalação de seccionamento e módulos na subestação Barreiras	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.027/2024	R$6.489 (iv)	R$40.889	Energização concluída em novembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
ATE III SE Itacaiúnas	Instalação de Banco de Reatores	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.196/2024	R$6.348 (iv)	R$41.800	Energização concluída em março de 2026 (vi)	ADE da RFB nº1398/ 2024 (ii)
ATE SE Assis	Instalação de Banco de Autotransformador	Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.819/2023	R$17.226	R$119.363	Energização concluída em julho de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 376/2024 (ii)
SPT SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 677/2024	R$5.302 (iv)	R$34.641	Energização concluída em agosto de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
SPT SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 420/2026	R$5.572	R$37.588	Dezembro de 2028	-
Buriti SE Santana do Araguaia	Instalação de banco de capacitores	Despacho ANEEL nº 2.962/2026	R$2.018	R$14.151	Fevereiro de 2029	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (ii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil. (iii) Inclui a indenização paga à antiga concessionária e o investimento na revitalização. (iv) Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS. (v) Em março de 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação, conforme descrito nas NE 26. (vi) Vide NE 26. (vii) Vide NE 27.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras[1]	85.108	115.670	55.548	103.896
PIS e COFINS a compensar	4.148	3.690	4.151	3.845
Impostos e contribuições retidos	2.670	4.566	1.150	3.861
ICMS a recuperar	37.583	22.392	20.735	16.654
Outros	4.202	2.169	2.735	1.836
Ativo circulante	**133.711**	**148.487**	**84.319**	**130.092**
IRPJ e CSLL correntes	18.026	2.448	-	-
PIS e COFINS	21.764	13.951	15.163	10.893
INSS e FGTS	11.481	11.682	9.675	8.004
ICMS	55.187	49.324	13.871	12.328
ISS	1.740	6.015	1.186	2.313
IRRF	1.851	1.081	396	954
Outros	1.756	1.282	1.038	789
Passivo circulante	**111.805**	**85.783**	**41.329**	**35.281**

[1]O valor registrado no ativo referente a Impostos a Recuperar está sendo gradualmente utilizado para compensação de débitos fiscais e processamento de pedidos de restituição. A Companhia continua monitorando o progresso da recuperação, assegurando o direito à restituição no curto prazo, conforme estabelecido no art. 24 da Lei nº 11.457/2007.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo a Resolução CVM nº 78/2022 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	30/09/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	588.610	(1.382.942)	(794.332)	514.178	(1.284.792)	(770.614)
JAN	32.654	(517.275)	(484.621)	42.540	(488.963)	(446.423)
BRAS	-	(7.782)	(7.782)	-	(7.726)	(7.726)
SGT	-	(2.343)	(2.343)	-	(2.330)	(2.330)
MAR	-	(8.845)	(8.845)	-	(8.714)	(8.714)
SPT	3.577	(123.263)	(119.686)	-	(100.256)	(100.256)
SJT	-	(21.537)	(21.537)	-	(21.291)	(21.291)
LNT	-	(4.976)	(4.976)	-	(4.641)	(4.641)
ANT	-	(76.327)	(76.327)	-	(63.751)	(63.751)
PTG	-	(9.580)	(9.580)	-	(9.394)	(9.394)
TNG	-	(45.352)	(45.352)	-	(40.021)	(40.021)
JUTR	-	(526)	(526)	-	(64)	(64)
CAJ	106.056	(57.201)	48.855	-	-	-
BUR	-	(19.255)	(19.255)	-	-	-
ARO	-	(17.499)	(17.499)	-	-	-
MAC	-	(1.487)	(1.487)	-	-	-
JAT	-	(13.568)	(13.568)	-	-	-
	730.897	**(2.309.758)**	**(1.578.861)**	**556.718**	**(2.031.943)**	**(1.475.225)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Crédito fiscal incorporado - ágio[1]	173.891	190.452	173.891	190.452
Diferenças temporárias[2]	240.935	173.785	120.513	161.379
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	316.071	192.481	294.206	162.347
Ativo não circulante	**730.897**	**556.718**	**588.610**	**514.178**
Diferenças temporárias[2]	(2.309.758)	(2.031.943)	(1.382.942)	(1.284.792)
Passivo não circulante	**(2.309.758)**	**(2.031.943)**	**(1.382.942)**	**(1.284.792)**
Saldo líquido	**(1.578.861)**	**(1.475.225)**	**(794.332)**	**(770.614)**

[1]Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. [2]As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	
	30/09/2026	30/09/2026	31/12/2025
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	205.156	69.753	76.034
Provisão para participação nos lucros	27.288	9.278	12.529
Provisão para fornecedores	24.517	8.336	19.846
Provisão para parcela variável	8.083	2.748	2.881
Provisão para riscos judiciais	81.222	27.615	24.976
Perdas de crédito esperadas	50.009	17.003	16.795
Ajuste ao valor de mercado - dívida	6.794	2.310	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	20.724
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	305.565	103.892	-
Total do ativo		**240.935**	**173.785**
Ajuste a valor de mercado - dívida	-	-	(3.104)
Instrumentos Financeiros - derivativos	(88.635)	(30.136)	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(6.399.226)	(2.279.622)	(2.068.182)
Total do passivo		**(2.309.758)**	**(2.031.943)**
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	189.262	64.349	72.910
Provisão para participação nos lucros	26.094	8.872	12.435
Provisão para fornecedores	14.419	4.902	15.152
Provisão para parcela variável	6.570	2.234	2.757
Provisão para riscos judiciais	67.301	22.882	22.438
Perdas de crédito esperadas	44.011	14.964	14.964
Ajuste ao valor de mercado - dívida	6.794	2.310	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	20.723
Total do ativo		**120.513**	**161.379**
Ajuste ao valor de mercado - dívida	-	-	(3.104)
Instrumentos Financeiros - derivativos	(88.635)	(30.136)	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(3.978.841)	(1.352.806)	(1.321.031)
Total do passivo		**(1.382.942)**	**(1.284.792)**

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado – ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2026	5.632	55.507	52.567	4.399	917	65.538	59.116
2027	23.972	54.893	38.869	27.838	14.876	106.703	77.717
2028	25.929	26.643	29.077	39.135	33.714	91.707	88.720
2029 - 2031	83.675	103.892	-	97.053	97.053	284.620	180.728
2032 - 2034	25.836	-	-	147.646	147.646	173.482	173.482
2035 - 2037	7.702	-	-	-	-	7.702	7.702
2038 - 2040	1.145	-	-	-	-	1.145	1.145
Total	**173.891**	**240.935**	**120.513**	**316.071**	**294.206**	**730.897**	**588.610**

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 580 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Tributos indiretos diferidos – passivo não circulante[1]	**1.092.528**	**929.580**	**428.319**	**437.986**

[1]Montante relacionado, basicamente, à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47/IFRS 15, que será amortizado até o término da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Controladas						
SGT[1]	10.457.000	100,00%	-	-	77.309	74.113
MAR[2]	174.500.000	100,00%	-	-	264.021	262.049
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	797.995	809.159
BRAS[1]	191.052.000	100,00%	-	-	219.558	222.777
SJT	394.523.157	100,00%	-	-	665.173	662.815
SPT[1]	617.235.007	100,00%	-	-	732.559	741.004
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	118.151	107.178
ANT	1.870.001.000	100,00%	-	-	2.291.766	1.848.739
PTG[4]	241.700.000	100,00%	-	-	293.371	299.293
TNG[2] [5]	1.018.001.000	100,00%	-	-	1.387.018	1.144.700
JUTR	20.749.291	100,00%	-	-	26.590	6.744
BUR[6]	160.575.783	100,00%	-	-	453.046	-
ARO[6]	299.015.633	100,00%	-	-	343.627	-
CAJ[6]	563.207.255	100,00%	-	-	399.990	-
MAC[6]	60.837.925	100,00%	-	-	45.058	-
JAT[6]	267.963.059	100,00%	-	-	428.280	-
			-	**-**	**8.543.512**	**6.178.571**
Controladas em conjunto						
ETAU	34.895.364	75,62%	121.986	132.084	121.986	132.084
Aimorés	395.400.000	50,00%	269.497	258.000	269.497	258.000
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	401.859	387.609	401.859	387.609
Ivaí [1]	315.000.000	50,00%	671.211	618.968	671.211	618.968
			1.464.553	**1.396.661**	**1.464.553**	**1.396.661**
Coligadas diretas[3]						
EATE	180.000.010	49,98%	480.308	567.924	480.308	567.924
EBTE	263.058.339	49,00%	152.820	162.498	152.820	162.498
ECTE	42.095.000	19,09%	37.620	50.988	37.620	50.988
ENTE	100.840.000	49,99%	308.208	461.561	308.208	461.561
ETEP	45.000.010	49,98%	122.344	135.511	122.344	135.511
ERTE	84.133.970	21,95%	34.964	42.644	34.964	42.644
EDTE	1.218.126	24,95%	84.926	78.066	84.926	78.066
Transudeste	30.000.000	49,00%	49.650	57.043	49.650	57.043
Transleste	49.569.000	49,00%	69.197	81.542	69.197	81.542
Transirapé	22.340.490	49,00%	74.372	81.546	74.372	81.546
			1.414.409	**1.719.323**	**1.414.409**	**1.719.323**
Total do investimento			**2.878.962**	**3.115.984**	**11.422.474**	**9.294.555**

[1]As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 8ª emissão de debêntures da Taesa. [2]As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 6ª emissão de debêntures da Taesa. [3]Em 30 de setembro de 2026, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%. [4]Em 2025, o empreendimento entrou 100% em operação comercial, conforme NE 26. [5]Em 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação comercial, conforme NE 26. [6] Empresa adquirida em 2026 conforme descrito na NE 1.

Mutação dos Investimentos	31/12/2025	Aquisições[1]	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/09/2026
Controladas						
SGT	74.113	-	-	-	3.196	77.309
MAR	262.049	-	-	(11.829)	13.801	264.021
JAN	809.159	-	-	(136.986)	125.822	797.995
BRAS	222.777	-	-	(20.282)	17.063	219.558
SJT	662.815	-	-	(47.655)	50.013	665.173
SPT	741.004	-	80.000	(138.027)	49.582	732.559
LNT	107.178	-	-	(6.607)	17.580	118.151
ANT	1.848.739	-	281.000	15.696	146.331	2.291.766
PTG	299.293	-	-	(20.976)	15.054	293.371
TNG	1.144.700	-	112.000	44.972	85.346	1.387.018
JUTR	6.744	-	15.000	-	4.846	26.590
BUR[3]	-	437.706	-	-	15.340	453.046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2025	Aquisições[1]	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/09/2026
ARO[3]	-	323.704	-	-	19.923	343.627
CAJ[3]	-	400.239	-	-	(249)	399.990
MAC[3]	-	44.379	-	-	679	45.058
JAT[3]	-	431.974	-	-	(3.694)	428.280
	6.178.571	**1.638.002**	**488.000**	**(321.695)**	**560.633**	**8.543.512**
Controladas em conjunto						
ETAU	132.084	-	-	(25.649)	15.551	121.986
Aimorés	258.000	-	-	(16.151)	27.648	269.497
Paraguaçu	387.609	-	-	(26.759)	41.009	401.859
Ivaí	618.968	-	-	(30.000)	82.243	671.211
	1.396.661	**-**	**-**	**(98.559)**	**166.451**	**1.464.553**
Coligadas diretas						
EATE	567.924	-	-	(167.524)	79.908	480.308
EBTE	162.498	-	-	(20.302)	10.624	152.820
ECTE	50.988	-	-	(17.374)	4.006	37.620
ENTE	461.561	-	-	(205.446)	52.093	308.208
ETEP	135.511	-	-	(25.048)	11.881	122.344
ERTE	42.644	-	-	(10.878)	3.198	34.964
EDTE	78.066	-	-	(5.327)	12.187	84.926
Transudeste	57.043	-	-	(11.257)	3.864	49.650
Transleste	81.542	-	-	(20.237)	7.892	69.197
Transirapé	81.546	-	-	(17.393)	10.219	74.372
	1.719.323	**-**	**-**	**(500.786)**	**195.872**	**1.414.409**
	9.294.555	**1.638.002**	**488.000**	**(921.040)**	**922.956**	**11.422.474**

[1] Aquisições mencionadas vide NE 3.1 – Combinação de negócios.

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
Controladas					
SGT	72.495	-	(4.413)	6.031	74.113
MAR	252.540	-	(14.893)	24.402	262.049
JAN	727.523	-	(110.536)	192.172	809.159
BRAS	213.657	-	(15.086)	24.206	222.777
SJT	646.753	-	(45.736)	61.798	662.815
SPT	726.177	-	(14.329)	29.156	741.004
LNT	105.905	-	(9.340)	10.613	107.178
ANT	1.193.347	605.000	(15.696)	66.088	1.848.739
PTG	224.758	68.000	(2.035)	8.570	299.293
TNG	365.317	635.000	(44.971)	189.354	1.144.700
JUTR	2.198	5.000	-	(454)	6.744
	4.530.670	**1.313.000**	**(277.035)**	**611.936**	**6.178.571**
Controladas em conjunto					
ETAU	148.576	-	(37.519)	21.027	132.084
Aimorés	356.527	-	(144.678)	46.151	258.000
Paraguaçu	586.305	-	(267.546)	68.850	387.609
Ivaí	600.776	-	(65.000)	83.192	618.968
	1.692.184	**-**	**(514.743)**	**219.220**	**1.396.661**
Coligadas diretas					
EATE	713.387	-	(248.646)	103.183	567.924
EBTE	179.482	-	(32.471)	15.487	162.498
ECTE	59.068	-	(12.947)	4.867	50.988
ENTE	476.309	-	(71.836)	57.088	461.561
ETEP	137.202	-	(16.521)	14.830	135.511
ERTE	47.152	-	(7.894)	3.386	42.644
EDTE	66.104	-	(3.145)	15.107	78.066
Transudeste	59.919	-	(7.759)	4.883	57.043
Transleste	86.452	-	(13.822)	8.912	81.542
Transirapé	74.989	-	(3.670)	10.227	81.546
	1.900.064	**-**	**(418.711)**	**237.970**	**1.719.323**
	8.122.918	**1.313.000**	**(1.210.489)**	**1.069.126**	**9.294.555**

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na NE 13 – Partes relacionadas.

A data-base das informações intermediárias das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

A seguir encontram-se as informações resumidas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	30/09/2026			31/12/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	159.141	298.675	457.816	173.203	238.064	411.267
Ativo de contrato de concessão	614.567	831.543	1.446.110	607.727	790.169	1.397.896
Outros ativos circulantes	85.553	128.144	213.697	79.484	119.783	199.267
Ativos circulantes	**859.261**	**1.258.362**	**2.117.623**	**860.414**	**1.148.016**	**2.008.430**
Ativo de contrato de concessão	6.815.017	4.130.775	10.945.792	6.677.624	4.038.358	10.715.982
Outros ativos não circulantes	358.555	1.674.464	2.033.019	349.456	1.721.105	2.070.561
Ativos não circulantes	**7.173.572**	**5.805.239**	**12.978.811**	**7.027.080**	**5.759.463**	**12.786.543**
Empréstimos, financiamentos, debêntures	173.943	457.720	631.663	111.599	310.804	422.403
Arrendamento mercantil	291	858	1.149	291	858	1.149
Outros passivos circulantes	114.606	402.826	517.432	260.818	263.750	524.568
Passivos circulantes	**288.840**	**861.404**	**1.150.244**	**372.708**	**575.412**	**948.120**
Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.892.227	1.843.066	4.735.293	2.873.342	1.817.809	4.691.151
Arrendamento mercantil	453	134	587	635	135	770
Outros passivos não circulantes	2.053.197	1.105.370	3.158.567	1.990.622	1.210.591	3.201.213
Passivos não circulantes	**4.945.877**	**2.948.570**	**7.894.447**	**4.864.599**	**3.028.535**	**7.893.134**
Patrimônio líquido individual	**2.798.116**	**3.253.627**	**6.051.743**	**2.650.187**	**3.303.532**	**5.953.719**
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	**1.431.558**	**1.440.546**	**2.872.104**	**1.359.657**	**1.470.955**	**2.830.612**
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	32.995	(26.137)	6.858	37.004	248.368	285.372
Investimento total da Taesa	**1.464.553**	**1.414.409**	**2.878.962**	**1.396.661**	**1.719.323**	**3.115.984**

Demonstração do resultado	30/09/2026			30/09/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	673.192	898.677	1.571.869	660.737	612.859	1.273.596
Custos e despesas	(38.854)	(369.918)	(408.772)	(55.564)	(116.991)	(172.555)
Receitas financeiras	28.265	28.327	56.592	46.570	25.809	72.379
Despesas financeiras	(302.118)	(223.593)	(525.711)	(209.080)	(219.210)	(428.290)
Resultado financeiro	**(273.853)**	**(195.266)**	**(469.119)**	**(162.510)**	**(193.401)**	**(355.911)**
Equivalência patrimonial	-	189.559	189.559	-	174.389	174.389
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(32.212)	68.814	36.602	(108.104)	(49.402)	(157.506)
Lucro do período	**328.273**	**591.866**	**920.139**	**334.559**	**427.454**	**762.013**
Resultado do período - participação da Taesa	**170.762**	**269.228**	**439.990**	**174.123**	**189.544**	**363.667**
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(4.311)	(73.356)	(77.667)	(4.693)	(10.766)	(15.459)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	**166.451**	**195.872**	**362.323**	**169.430**	**178.778**	**348.208**

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	30/09/2026	31/12/2025
Aimorés	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	209.057	201.815
Aimorés	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	50.663	48.859
Paraguaçu	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	378.611	365.530
Paraguaçu	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	88.944	85.782
IVAÍ	Itaú	dez-43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.338.895	2.282.955
Controladas em conjunto					**3.066.170**	**2.984.941**
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	13
EATE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	329.451	312.419
EATE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	256.637	266.488
EATE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	90.460	87.289
EATE	Santander	jun-30	(a)	IPCA + 7,4512%	264.852	250.037
EATE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	158.306	152.743
EATE	XP	set-29	(a)	CDI + 0,31%	68.094	-
ECTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	155.050	183.229
ECTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	49.339	50.093
ECTE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	63.274	61.041
ECTE	XP	set-29	(a)	CDI + 0,36%	40.007	-
EDTE	Santander	dez-28	(c)	IPCA + 5,29%	329.696	340.945
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	5
ENTE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	50.710	50.351
ENTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	46.407	48.870
ENTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,47%	31.594	30.471
ENTE	XP	mar-30	(a)	CDI + 0,33%	105.493	-
ETEP	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	98.583	102.356
ETEP	Votorantim	mai-27	(a)	CDI + 0,18%	27.691	35.586
EBTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	86.242	83.206
EBTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,39%	47.443	45.751
Transirapé	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,90%	-	25.948
Transirapé	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,50%	1.457	1.772

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	30/09/2026	31/12/2025
Coligadas diretas e indiretas					**2.300.786**	**2.128.613**
					5.366.956	**5.113.554**

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (d) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (Ivaí) - Contas Vinculadas.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Em 30 de setembro de 2026, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 5,29	Anual
11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$2.052 para a 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões.	N/A	Semestral
8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$357 para a 8ª e R$380 para a 9ª e 10ª emissões.	N/A	Semestral
6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$886 para a 6ª, 7ª e 8ª emissões.	N/A	Semestral
6ª e 7ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$301 para as 6ª e 7ª emissões.	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$238 para a 4ª e 5ª emissões.	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R$173.	N/A	Semestral
Contrato BDMG - FINEM - Transirapé	Indice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

ii) Provisões para riscos judiciais e passivos contingentes

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Paraguaçu	4.205	4.244	30.204	25.400
Aimorés	4.178	4.124	11.546	14.560
ETAU	122	319	3.895	3.269
Ivaí	44.809	45.641	-	-
Controladas em conjunto	**53.314**	**54.328**	**45.645**	**43.229**
EATE	226	226	8.117	7.348
EBTE	-	-	175	158
ENTE	600	600	44	-
ECTE	-	-	54	-
EDTE	-	-	30	-
TRANSUDESTE	-	-	159	-
Coligadas diretas	**826**	**826**	**8.579**	**7.506**
	54.140	**55.154**	**54.224**	**50.735**

(iii) RAP

Concessão	Ciclo 2026-2027 Despacho 2.268 de 22/06/2026 Período: de 01/07/2026 a 30/06/2027			Ciclo 2025-2026 Resolução 3.481 de 15/07/2025 Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Ciclo 2024-2025 Resolução 3.348 de 16/07/2024 Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	51.417	(6.792)	44.625	53.507	2.842	56.349	49.996	3.656	53.652
Aimorés[1]	125.537	(4.245)	121.292	119.873	(4.084)	115.789	113.818	(4.894)	108.924
Paraguaçu [1]	187.368	(6.401)	180.967	178.915	(6.067)	172.848	169.878	4.040	173.918
Ivaí [1]	470.325	(15.754)	454.571	435.613	(15.979)	419.634	413.610	(24.484)	389.126
ENTE	223.371	(6.694)	216.677	208.097	(7.560)	200.537	194.443	(8.369)	186.074
EATE	440.374	(12.831)	427.543	404.597	(14.660)	389.937	378.049	(15.599)	362.450
EBTE [1]	89.827	(3.049)	86.778	85.775	1.891	87.666	73.681	(2.457)	71.224
ECTE	86.210	(2.815)	83.395	87.872	(3.218)	84.654	82.108	(3.516)	78.592

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Ciclo 2026-2027 Despacho 2.268 de 22/06/2026 Período: de 01/07/2026 a 30/06/2027			Ciclo 2025-2026 Resolução 3.481 de 15/07/2025 Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Ciclo 2024-2025 Resolução 3.348 de 16/07/2024 Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETEP	89.168	(2.900)	86.268	90.902	(3.361)	87.541	84.972	(3.678)	81.294
ERTE	46.720	(1.565)	45.155	47.619	(1.715)	45.904	44.495	(809)	43.686
STC [1]	42.434	(1.085)	41.349	40.520	(1.987)	38.533	35.070	3.161	38.231
Lumitrans	24.167	(794)	23.373	24.632	(898)	23.734	23.016	(1.008)	22.008
ESTE [1]	177.499	(6.063)	171.436	169.491	(6.161)	163.330	160.930	(7.407)	153.523
ESDE[1]	20.960	(463)	20.497	20.014	(482)	19.532	19.664	(503)	19.161
ETSE	41.077	(112)	40.965	39.224	(33)	39.191	37.242	(365)	36.877
EDTE [1]	109.811	(3.789)	106.022	104.856	(3.834)	101.022	99.560	(4.229)	95.331
Transirapé	45.472	(1.136)	44.336	46.346	(2.888)	43.458	44.874	(838)	44.036
Transleste	36.994	(1.171)	35.823	37.705	(1.379)	36.326	35.232	(1.516)	33.716
Transudeste	22.929	(740)	22.189	23.370	(854)	22.516	21.837	(941)	20.896
TOTAL	**2.331.660**	**(78.399)**	**2.253.261**	**2.218.928**	**(70.427)**	**2.148.501**	**2.082.475**	**(69.756)**	**2.012.719**

[1]Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos.

Abaixo tabela relativa a PA VU e PA RETRO, cujas descrições constam na NE 7.

Concessão	PA VU 2 ciclos	Total Anual	PA RETRO 3 ciclos	PA RETRO 5 ciclos	Total Anual
ETAU	1.343	**1.343**	-	-	**-**
Transirapé	-	**-**	220	-	**220**
ENTE	-	**-**	(9)	-	**(9)**
EATE	-	**-**	75	-	**75**
EBTE[1]	-	**-**	162	-	**162**
ETSE[1]	-	**-**	-	871	**871**
	1.343	**1.343**	**448**	**871**	**1.319**

[1]Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

13. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original / Periodicidade	Período de Vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a TAESA e controladas em conjunto						
1	OCR x outras receitas - O&M - (RS)	ETAU	R$19 / mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
2	OCR x outras receitas - O&M - (SC)		R$14 / mensal	01/12/2021 a 01/12/2026		
3	OCR x outras receitas - O&M	Aimorés / Paraguaçu	R$24 / mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH	ETAU/ AIMORÉS	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	IGP-M	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
5						
6		PARAGUAÇU		10/02/2022 a 10/02/2027	IPCA	
7	OCR x outras receitas - Reembolso de despesas	ETAU / AIMORÉS e PARAGUAÇU	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Transações entre a TAESA e suas coligadas						
8	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI)	EDTE	R$6 / mensal	27/12/2018 até a extinção da concessão	IPCA	Não aplicável.
Transações com acionista						
9	CRCP x outras receitas - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)	CEMIG D x SGT	R$57 / mensal	18/03/2014 até o término da concessão	IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
10	CRCP x receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão	Grupo Taesa x CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a	Até o término da concessão.	IPCA ou IGP-M, conforme	Não aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original / Periodicidade	Período de Vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
	de Energia Elétrica ("CPST")		cada emissão do AVC		atualização da RAP.	

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de PCE.

REF	Consolidado						
	Contratos e outras transações	Ativo		Receita			
		30/09/2026	31/12/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	97	24	97	74	240	254
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	103	18	60	56	174	217
3	Serviços de O&M - Taesa x Paraguaçu	158	31	127	95	313	284
3	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	153	31	122	98	307	296
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	532	679	680	689	2.119	2.132
5	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Aimorés	577	749	741	752	2.316	2.329
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguaçu	903	1.112	1.128	1.143	3.522	3.545
7	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	80	33	-	-	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	29	16	-	-	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	18	-	-	-	-	-
Transações com coligadas							
8	CCI - Taesa x EDTE	27	9	27	26	80	77
Transações entre as controladas e empresas ligadas							
9	CCT - SGT X CEMIG	356	-	-	342	569	987
10	CPST - BRAS X CEMIG	-	-	496	524	1.489	1.572
10	CPST - SGT X CEMIG	-	-	1.621	1.579	4.770	4.491
10	CPST - MAR X CEMIG	-	-	308	329	823	974
10	CPST - JAN X CEMIG	363	-	3.416	3.553	10.252	11.165
10	CPST - SJT X CEMIG	-	-	909	951	2.737	2.795
10	CPST - SPT X CEMIG	-	-	1.075	972	3.245	2.775
10	CPST - LNT X CEMIG	-	-	149	152	446	442
10	CPST - PTG X CEMIG	29	-	276	256	842	370
10	CPST - TNG X CEMIG	124	-	1.432	-	1.432	-
10	CPST - BURUTI X CEMIG	-	-	207	-	207	-
10	CPST - CAJUÍ X CEMIG	-	-	396	-	396	-
10	CPST - JATOBÁ X CEMIG	-	-	5	-	5	-
Transações entre a Taesa e Cemig							
10	CPST - TAESA X CEMIG	956	287	28.580	29.766	85.941	86.452
		4.505	**2.989**	**41.852**	**41.357**	**122.225**	**121.157**

b) Passivos, custos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada	Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não Aplicável.	Taxa de administração de 0,30% sobre o total das contribuições mensais. O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 160, de 26 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial da União em: 27/03/2012 | Edição: 60 | Seção: 1 | Página: 87
2	OCP x Serviços prestados - CCI	TAESA (ETEO) x ISA	Valor total do contrato R$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da ISA.
3		TAESA (ATE) x ISA	Valor total do contrato R$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.		
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
4	OCP x Serviços prestados - CCI	SGT x CEMIG GT	R$3 Valor mensal	17/02/2014 até o vencimento da concessão.	IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, determinação legal, ou por mútuo acordo entre as partes.
5		MAR x CEMIG GT	R$205 parcela única e R$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.		
6		ANT X ISA	R$8 valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes		
7	OCP x Serviços prestados - O&M	MAR x CEMIG GT	R$68 Valor mensal	03/03/2025 a 03/03/2030	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
						I. Por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. Em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
8	OCP x Serviços prestados - O&M	SGT x CEMIG GT	R$66 Valor mensal	10/07/2024 a 10/07/2029	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. na ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas	ETAU e PARAGUAÇU	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
Transações com acionistas						
10	OCP x Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional	CEMIG	Parcela única de R$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido à CEMIG o valor máximo de R$11.786. Valor corrigido R$26.336.

REF	Consolidado						
	Contratos e outras transações	Passivo		Custo/Despesa			
		30/09/2026	31/12/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Transações entre a Taesa e empresas ligadas							
1	Previdência privada – Taesa x Forluz - despesa	-	-	371	269	934	818
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	802	935	2.717	2.684
Transações entre as controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas							
4	CCI - SGT x CEMIG GT	6	5	22	17	56	49
5	CCI - MARIANA x CEMIG GT	22	21	67	63	195	185
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	223	205	691	614
8	O&M - SGT x CEMIG GT	119	60	220	210	640	609
9	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	-	7	-	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	-	3	-	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	-	18	-	-	-	-
Transações entre TAESA e sua controladora							
10	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	26.335	25.191	-	853	1.144	2.254
		26.482	**25.305**	**1.705**	**2.552**	**6.377**	**7.213**

II– Dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2025	Adição[1] (Reversão) [2]	Recebimento	30/09/2026
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	-	16.151	(16.151)	-
PARAGUAÇU	-	26.759	(26.759)	-
ETAU	-	25.649	(22.449)	3.200
IVAÍ	58.915	30.000	(88.915)	-
EATE	-	167.524	(98.507)	69.017
EBTE	-	20.302	(13.321)	6.981
ECTE	1.506	17.374	(8.687)	10.193
ETEP	-	25.048	(18.904)	6.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos e JCP a receber	31/12/2025	Adição[1] (Reversão) [2]	Recebimento	30/09/2026
EDTE	2.970	5.327	(3.742)	4.555
ENTE	-	205.448	(109.013)	96.435
ERTE	1.770	10.878	(6.379)	6.269
TRANSLESTE	2.696	20.237	(11.270)	11.663
TRANSIRAPÉ	3.670	17.395	(7.595)	13.470
TRANSUDESTE	1.591	11.255	(6.357)	6.489
Consolidado	**73.118**	**599.347**	**(438.049)**	**234.416**
Controladas				
BRAS	-	20.281	(20.281)	-
MAR	-	11.829	(11.829)	-
JAN	-	136.986	(136.986)	-
SJT	-	47.654	(47.654)	-
SPT	-	138.027	(80.000)	58.027
LNT	-	6.607	(6.607)	-
ANT	15.696	(15.696)	-	-
PTG	2.035	20.976	(20.976)	2.035
TNG	44.971	(44.971)	-	-
Controladora	**135.820**	**921.040**	**(762.382)**	**294.478**

Dividendos a receber	31/12/2024	Adição[1]	Recebimento	31/12/2025
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	18.711	144.678	(163.389)	-
PARAGUAÇU	30.634	267.546	(298.180)	-
ETAU	-	37.519	(37.519)	-
IVAÍ	24.385	64.475	(29.945)	58.915
EATE	11.235	248.646	(259.881)	-
EBTE	4.287	32.471	(36.758)	-
ECTE	2.706	12.947	(14.147)	1.506
ETEP	-	16.521	(16.521)	-
EDTE	2.697	3.145	(2.872)	2.970
ENTE	-	71.836	(71.836)	-
ERTE	1.842	7.894	(7.966)	1.770
TRANSLESTE	3.550	13.822	(14.676)	2.696
TRANSIRAPÉ	4.204	3.670	(4.204)	3.670
TRANSUDESTE	2.117	7.759	(8.285)	1.591
Consolidado	**106.368**	**932.929**	**(966.179)**	**73.118**
Controladas				
BRAS	8.394	15.086	(23.480)	-
SGT	-	4.413	(4.413)	-
MAR	2.408	14.893	(17.301)	-
JAN	-	110.536	(110.536)	-
SJT	-	45.736	(45.736)	-
SPT	16.862	14.329	(31.191)	-
LNT	1.804	9.340	(11.144)	-
ANT	-	15.696	-	15.696
PTG	-	2.035	-	2.035
TNG	-	44.971	-	44.971
Controladora	**135.836**	**1.209.964**	**(1.209.980)**	**135.820**

[1]Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e JCP. [2]Reversão de dividendos aprovada na AGO de 30 de abril de 2026 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2025			Adição		Pagamento		30/09/2026		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP[1]	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	34.469	18.274	52.743	51.061	47.079	(73.188)	(50.150)	12.342	15.203	27.545
Cemig	50.212	26.620	76.832	74.384	68.583	(106.618)	(73.058)	17.978	22.145	40.123
Não	147.149	78.593	225.742	217.724	200.749	(312.063)	(213.501)	52.810	65.841	118.651
	231.830	**123.487**	**355.317**	**343.169**	**316.411**	**(491.869)**	**(336.709)**	**83.130**	**103.189**	**186.319**

[1]Desconsidera o valor de R$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026. Desconsidera o valor de R$21.672 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2026 e pago em 27 de janeiro de 2027.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2024			Adição		Pagamento		31/12/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP[1]	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	58.654	17.426	76.080	46.268	82.265	(70.453)	(81.417)	34.469	18.274	52.743
Cemig	85.445	25.384	110.829	67.401	119.842	(102.634)	(118.606)	50.212	26.620	76.832
Não Controladores	250.169	74.887	325.056	197.287	350.782	(300.307)	(347.076)	147.149	78.593	225.742
	394.268	**117.697**	**511.965**	**310.956**	**552.889**	**(473.394)**	**(547.099)**	**231.830**	**123.487**	**355.317**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

¹Considera o valor de R$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026. Além disso, desconsidera o valor de R$20.666 pago em 2024 a título de retenção do IRRF sobre os JCP deliberado em 6 de novembro de 2024 e pago em 29 de janeiro de 2025.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Valor aprovado	Data de pagamento	Valor por ação ON e PN
JCP	2025	11/11/2025	CA	144.485	28/01/2026	0,13980241117
	2026	06/05/2026	CA	192.574	26/08/2026	0,18633271466
	2026	11/08/2026	CA	123.838	26/11/2026	0,11982485996
				460.897		
Dividendos intercalares	2025	11/11/2025	CA	178.779	28/01/2026	0,17298440438
	2026	11/08/2026	CA	82.943	26/11/2026	0,08025458488
				261.722		
Dividendos adicionais	2025	29/04/2026	AGO	260.226	27/05/2026	0,25179137882
				260.226		
Dividendos mínimos obrigatórios	2025	29/04/2026	AGO	52.876	27/05/2026	0,05116204939
				52.876		

Os dividendos intercalares e os JCP declarados foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202º da Lei das Sociedades por Ações.

III – Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal – Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	30/09/2026		30/09/2025	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária¹	64%	36%	57%	43%

¹Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Média de membros remunerados durante o período¹	11,00	10,56	5,00	4,89	5,00	5,00
Remuneração fixa²	**2.992**	**2.406**	**8.491**	**7.260**	**683**	**688**
Salário ou pró-labore	2.584	2.099	5.652	5.303	569	573
Benefícios diretos e indiretos	-	-	803	773	-	-
Encargos	408	307	2.036	1.184	114	115
Remuneração variável	**-**	**-**	**4.769**	**5.371**	**-**	**-**
Participação nos resultados	-	-	4.769	4.657	-	-
Indenização	-	-	-	714	-	-
Valor total da remuneração	**2.992**	**2.406**	**13.260**	**12.631**	**683**	**688**

¹Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. ²O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Número de membros efetivos	13	13	5	5	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	31	27	392	410	16	15
Menor remuneração individual no período (mensal)	31	19	233	249	16	15
Remuneração individual média no período (mensal)¹	31	26	278	303	16	15

¹O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

14. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços – Passivo Circulante¹	**114.043**	**287.459**	**54.854**	**160.998**

¹A redução da conta de fornecedores refere-se, principalmente, ao avanço das entregas de projetos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1. Empréstimos e financiamentos

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais	30/09/2026				31/12/2025			
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R$ [1]														
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro-rata	(2.895)	42.207	1.546	40.858	(3.279)	44.931	1.693	43.345
BASA	ARO	26/06/2020	Empréstimo	250.000	15/07/2040	IPCA + 1,68344% a.a.[2]	(1.097)	209.456	(172)	208.187	-	-	-	-
BASA	BUR	31/07/2019	Empréstimo	224.709	15/07/2039	IPCA + 1,885423% a.a.[2]	(814)	160.614	4.232	164.032	-	-	-	-
BASA	CAJ	30/06/2021	Empréstimo	327.210	15/07/2041	IPCA + 2,456897% a.a.	(1.301)	291.585	2.259	292.543	-	-	-	-
BNDES	CAJ	13/08/2021	Empréstimo	166.200	15/05/2041	IPCA + 4,894843% a.a.	-	215.479	533	216.012	-	-	-	-
Consolidado							**(6.107)**	**919.341**	**8.398**	**921.632**	**(3.279)**	**44.931**	**1.693**	**43.345**
Circulante										**53.172**				**4.819**
Não circulante										**868.460**				**38.526**

[1]Empréstimo mensurado ao custo amortizado. [2]A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados na modalidade *swap*, atrelados aos contratos de financiamento das controladas Buriti e Aroeira firmados com o BASA. Na operação da Buriti, o *swap* possui ponta ativa indexada ao IPCA acrescido de 1,885423% a.a. e ponta passiva indexada ao CDI, deduzido de 3,88% a.a., na operação da Aroeira, o *swap* possui ponta ativa indexada ao IPCA acrescido de 1,68344% a.a. e ponta passiva indexada ao CDI, deduzido de 4,07% a.a. os referidos instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo, uma vez que não foram formalmente designados em relações de *hedge accounting*.

Movimentação dos empréstimos	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**43.345**	**485.302**	**-**	**438.654**
(+) Aquisições	889.474	-	-	-
(+) Juros e variação cambial	13.918	(40.250)	-	(43.808)
(-) Ajuste ao valor justo	-	1.861	-	1.861
(-) Amortização de principal	(18.202)	(379.234)	-	(375.602)
(-) Juros pagos	(6.903)	(24.334)	-	(21.105)
Saldo final	**921.632**	**43.345**	**-**	**-**

Parcelas vencíveis por indexador							
Indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2027	2028	2029	Após 2029	Subtotal	
IPCA	54.085	18.844	53.397	56.081	745.332	873.654	927.739
(-) Custo a amortizar	(913)	(219)	(821)	(746)	(3.408)	(5.194)	(6.107)
	53.172	**18.625**	**52.576**	**55.335**	**741.924**	**868.460**	**921.632**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida, todos os "covenants" não financeiros foram cumpridos.

taesa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2. Debêntures

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamentos Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/ Vencimento	30/09/2026				31/12/2025			
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional																
Santander-ABC-BB	6ª	1ª	850.000	15/05 e 15/11	108% do CDI	Bullet	15/05/2026	15/05/2019 15/05/2026	-	-	-	**-**	(6.185)	850.000	15.315	**859.130**
Santander/ABC/BB	6ª	2ª	210.000	15/05 e 15/11	IPCA + 5,50%	Semestral	15/05/2023	15/05/2019 15/05/2044	(11.384)	303.483	6.254	**298.353**	(6.185)	293.537	1.877	**289.229**
BTG/Santander/XP Investimentos	7ª	única	508.960	15/03 e 15/09	IPCA + 4,50%	Semestral	15/09/2025	15/09/2019 15/09/2044	(17.389)	877.043	1.687	**861.341**	(18.865)	890.096	11.737	**882.968**
Santander	8ª	única	300.000	15/06 e 15/12	IPCA +4,7742%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2039	(10.453)	383.171	6.205	**378.923**	(11.666)	382.459	779	**371.572**
Santander	10ª	1ª	650.000	15/11 e 15/05	CDI + 1,70%	Bullet	15/05/2028	15/05/2021 15/05/2028	(2.669)	351.455	20.477	**369.263**	(3.022)	351.455	6.577	**355.010**
Santander	10ª	2ª	100.000	15/11 e 15/05	IPCA + 4,7605%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/05/2034	15/05/2021 15/05/2036	(2.669)	134.435	2.403	**134.169**	(3.022)	129.700	720	**127.398**
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB	11ª	2ª	650.000	15/07 e 15/01	CDI + 1,36%	Anual nos 3º, 4º e 5º anos	15/01/2025	15/01/2022 15/01/2027	(18)	216.667	6.787	**223.436**	(162)	433.334	32.335	**465.507**
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	1ª	630.783	15/10 e 15/04	IPCA + 5,60%	Bullet	15/04/2029	15/04/2022 15/01/2029	(9.530)	754.756	19.170	**764.396**	(10.616)	731.527	8.431	**729.342**
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	2ª	300.410	15/10 e 15/04	IPCA + 5,75%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2032	(9.530)	359.452	9.371	**359.293**	(10.616)	348.389	4.121	**341.894**
Santander-Itaú-XP-BB	12ª	3ª	318.807	15/10 e 15/04	IPCA + 5,85%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2037	(9.530)	381.465	10.115	**382.050**	(10.616)	369.724	4.447	**363.555**
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	1ª	327.835	15/03 e 15/09	IPCA + 5,8741%	Bullet	15/09/2033	15/09/2023 15/09/2033	(9.889)	373.417	932	**364.460**	(10.669)	361.924	6.201	**357.456**
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	2ª	86.261	15/03 e 15/09	IPCA + 6,0653%	Bullet	15/09/2035	15/09/2023 15/09/2035	(9.889)	98.255	253	**88.619**	(10.669)	95.231	1.684	**86.246**
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	3ª	385.904	15/03 e 15/09	IPCA + 6,2709%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/09/2036.	15/09/2023 15/09/2038	(9.889)	439.560	1.169	**430.840**	(10.669)	426.031	7.782	**423.144**
XP	15ª	1ª	1.000.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,63%	Bullet	15/03/2029	15/03/2024 15/03/2029	(5.283)	1.000.000	5.894	**1.000.611**	(6.075)	1.000.000	44.153	**1.038.078**
XP	15ª	2ª	300.000	15/03 e 15/09	IGPM + 5,8438%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/03/2034	15/03/2024 15/03/2034	(5.283)	324.491	805	**320.013**	(6.075)	319.474	5.446	**318.845**
Bradesco	16ª	única	400.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,55%	Bullet	15/09/2030	15/09/2024 15/09/2031	(821)	400.000	2.344	**401.523**	(958)	400.000	17.562	**416.604**
Santander-UBS BBBV	17ª	única	650.000	15/01 e 15/06	IPCA + 7,169%[1]	Anual - três parcelas sucessivas	15/01/2038	15/01/2025 15/01/2040	(25.240)	701.203	94.905	**770.868**	(26.775)	676.821	36.606	**686.652**
Itaú	18ª	1ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,1499%[2]	Anual - duas parcelas sucessivas	15/07/2031	30/07/2025 15/07/2032	(8.983)	416.300	36.856	**444.173**	(9.969)	403.488	13.292	**406.811**
Itaú	18ª	2ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,0564%[2]	Anual - três parcelas sucessivas	15/07/2033	30/07/2025 15/07/2035	(8.983)	416.300	34.379	**441.696**	(9.969)	403.488	13.645	**407.164**
Btg	19ª	única	329.450	15/04 e 15/10	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/10/2031	15/04/2026 15/10/2032	(7.963)	329.450	20.685	**342.172**	(9.127)	329.450	8.052	**328.375**
Itaú	20ª	única	600.000	15/12 a partir de 12/2037	IPCA + 6,4712%	Anual -quatro parcelas sucessivas	15/12/2037	30/07/2025 17/12/2040	(24.989)	619.344	30.792	**625.147**	(26.435)	600.411	1.197	**575.173**
Bradesco	21ª	1ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/03/2032	15/03/2026 15/03/2033	(1.043)	400.000	2.337	**401.294**	-	-	-	**-**
Bradesco	21ª	2ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	IPCA + 6,4712%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/03/2034	15/03/2026 15/03/2036	(1.043)	400.000	2.361	**401.318**	-	-	-	**-**
Bradesco	22ª	única	1.700.000	Bullet 03/01/2028	CDI + 0,40	Bullet	03/01/2028	03/07/2026 03/01/2028	(2.106)	1.700.000	55.368	**1.753.262**	-	-	-	**-**
Controladora									**(194.576)**	**11.380.247**	**371.549**	**11.557.220**	**(208.345)**	**9.796.539**	**241.959**	**9.830.153**
Circulante												**363.322**				**1.287.195**
Não circulante												**11.193.898**				**8.542.958**
Moeda nacional																
BTG-Santander-XP - JAN	1ª	1ª	224.000	15/01 e 15/07	IPCA + 4,5%	Semestral	17/01/2022	15/01/2019 15/07/2033	(3.325)	218.744	2.073	**217.492**	(4.090)	234.694	4.929	**235.533**

taesa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamentos Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/ Vencimento	30/09/2026				31/12/2025			
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaú - BTG - JAN	2ª	única	575.000	15/06 e 15/12	IPCA + 4,8295%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2044	(21.143)	897.573	12.859	**889.289**	(22.911)	885.883	1.825	**864.797**
Consolidado									**(219.044)**	**12.496.564**	**386.481**	**12.664.001**	**(235.346)**	**10.917.116**	**248.713**	**10.930.483**
Circulante												**454.815**				**1.335.523**
Não circulante												**12.209.186**				**9.594.960**

[1]Derivativo contratado como instrumento de proteção no montante de R$650.000 referente à 17ª emissão de debêntures série única, foi contratado swap que troca o risco do IPCA+7,1690% a.a. pelo CDI -0,8400%. a.a. mensurado a valor justo (hedge accounting de valor justo). [2]Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R$800.000 referente à 1ª e 2ª série da 18ª emissão de debêntures, foram swap's que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306%. a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862%. a.a. ambos os swap's mensurados a valor justo (hedge accounting de valor justo).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**10.930.483**	**9.313.157**	**9.830.153**	**8.224.821**
(+) Novas emissões	2.500.000	2.379.545	2.500.000	2.379.545
(+) Juros e variação monetária incorridos	994.917	1.131.733	914.092	1.030.130
(-) Pagamento de principal	(1.165.332)	(1.056.528)	(1.121.617)	(1.016.869)
(-) Pagamento de juros	(628.996)	(768.865)	(597.432)	(715.317)
(-) Custo de transação (novas emissões)	(2.224)	(86.226)	(2.224)	(86.226)
Ajuste ao valor justo	15.925	(6.278)	15.925	(6.278)
(+) Amortização do custo de emissão	19.228	23.945	18.323	20.347
Saldo final	**12.664.001**	**10.930.483**	**11.557.220**	**9.830.153**

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2027	2028	2029	Após 2029	Subtotal	
CDI	272.852	-	2.051.455	1.000.000	3.289.461	6.340.916	6.613.768
IPCA	209.091	28.176	126.974	886.145	4.693.592	5.734.887	5.943.978
IGPM	805	-	-	-	324.494	324.494	325.299
(-) Custos de emissão a amortizar	(27.933)	(7.470)	(26.203)	(25.134)	(132.304)	(191.111)	(219.044)
	454.815	**20.706**	**2.152.226**	**1.861.011**	**8.175.243**	**12.209.186**	**12.664.001**

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª emissões de debêntures da Taesa e das 1ª e 2ª emissões de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros).

A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras de vencimento antecipado, cuja cláusula restritiva é a geração de caixa da atividade/serviço da dívida (calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas), com índice requerido igual ou maior que 1,2.

A 2ª Série das 6ª e a 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida dos "covenants" financeiros, todos os "covenants" financeiros foram cumpridos.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão (liquidada em maio de 2026) e às 1ª e 2ª séries das 18ª e 17ª emissões de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na NE 19.

16. PROVISÕES PARA RISCOS JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação das provisões	31/12/2025	Adições	Atualizações monetárias	Pagamento	Servidões[1]	Aquisição	30/09/2026
Trabalhistas	6.130	1.895	1.743	(666)	-	-	9.102
Tributárias	18.500	560	(3.769)	-	-	-	15.291
Cíveis	40.060	685	2.745	(1.475)	-	-	42.015
Controladora	**64.690**	**3.140**	**719**	**(2.141)**	**-**	**-**	**66.408**
Trabalhistas	857	65	1.521	(27)	-	1.128	3.544
Tributárias	3.331	-	62	-	-	-	3.393
Cíveis	119.038	2.329	23.146	(1.450)	108	4.134	147.305
Consolidado	**187.916**	**5.534**	**25.448**	**(3.618)**	**108**	**5.262**	**220.650**

Mutação das provisões	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Pagamento	Servidões[1]	31/12/2025
Trabalhistas	4.116	2.524	(35)	574	(1.049)	-	6.130
Tributárias	17.629	214	(100)	757	-	-	18.500
Cíveis	33.015	3.191	-	6.211	(2.357)	-	40.060
Controladora	**54.760**	**5.929**	**(135)**	**7.542**	**(3.406)**	**-**	**64.690**
Trabalhistas	570	269	-	100	(82)	-	857
Tributárias	2.935	352	-	44	-	-	3.331
Cíveis	112.139	5.017	-	5.853	(8.183)	4.212	119.038
Consolidado	**170.404**	**11.567**	**(135)**	**13.539**	**(11.671)**	**4.212**	**187.916**

[1] Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

16.1. Depósitos judiciais

Em 30 de setembro de 2026, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais e administrativos provisionados possuíam valores atualizados de R$22.124 na controladora (R$22.256 em 31 de dezembro de 2025) e R$111.550 no consolidado (R$108.353 em 31 de dezembro de 2025). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, horas extras, reclamações trabalhistas, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2025	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	Aquisição	30/09/2026
Trabalhistas	3.828	-	(3)	100	(31)	-	3.894
Tributárias	37.813	-	(774)	1.704	(1.025)	-	37.718
Cíveis	10.384	-	(1.212)	160	-	-	9.332
Controladora	**52.025**	**-**	**(1.989)**	**1.964**	**(1.056)**	**-**	**50.944**
Trabalhistas	111	-	-	3	(36)	-	78
Tributárias	352	-	-	-	1	-	353
Cíveis	90.178	148	(1.558)	2.563	(403)	3	90.931
Consolidado	**142.666**	**148**	**(3.547)**	**4.530**	**(1.494)**	**3**	**142.306**

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2024	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	31/12/2025
Trabalhistas	4.222	262	(570)	33	(119)	3.828
Tributárias	37.260	-	(423)	9.688	(8.712)	37.813
Cíveis	11.855	281	(1.557)	(155)	(40)	10.384
Controladora	**53.337**	**543**	**(2.550)**	**9.566**	**(8.871)**	**52.025**
Trabalhistas	194	19	(105)	3	-	111
Tributárias	-	352	-	-	-	352
Cíveis	89.985	8.921	(6.565)	621	(2.784)	90.178
Consolidado	**143.516**	**9.835**	**(9.220)**	**10.190**	**(11.655)**	**142.666**

16.2. Passivos contingentes

	30/09/2026				31/12/2025			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	31.498	1.499.642	142.786	1.673.926	13.289	1.431.176	251.543	1.696.008
BRAS	-	9.496	-	9.496	-	8.990	56	9.046
MAR	239	243	1	483	231	214	1	446
JAN	437	5.109	572	6.118	422	4.742	90	5.254
SPT	-	817	2.924	3.741	-	758	2.823	3.581
SJT	-	1.253	2.019	3.272	-	1.239	2.423	3.662
BUR	-	262	252	514	-	-	-	-
ARO	-	1.530	-	1.530	-	-	-	-
CAJ	1.204	-	652	1.856	-	-	-	-
JAT	354	-	-	354	-	-	-	-
	33.732	**1.518.352**	**149.206**	**1.701.290**	**13.942**	**1.447.119**	**256.936**	**1.717.997**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R$19.721 em 30 de setembro de 2026 (R$19.070 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R$21.267 em 30 de setembro de 2026 (R$8.695 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R$151.894 em 30 de setembro de 2026 (R$144.209 em 31 de dezembro de 2025). Em 14 de agosto 2024, foi dado provimento ao Recurso Voluntário para cancelamento da autuação. Foram apresentados Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional, que foram negados. Aguarda-se a interposição de Recurso Especial pela Fazenda Nacional.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R$9.184 em 30 de setembro de 2026 (R$9.458 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R$9.256 em 30 de setembro de 2026 (R$9.517 em 31 de dezembro de 2025), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R$14.513 em 30 de setembro de 2026 (R$14.290 em 31 de dezembro de 2024), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE II - Manifestações de inconformidade relativas à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R$ 2.124 em 30 de setembro de 2026 (R$2.467 em 31 de dezembro de 2025), sendo R$1.648 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R$25.739 em 30 de setembro de 2026 (R$23.416 em 31 de dezembro de 2025).

Brasnorte – (i) Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R$4.523 em 30 de setembro de 2026 (R$4.706 em 31 de dezembro de 2025). (ii) Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 30 de setembro 2026, o valor atualizado era de R$4.582 (R$4.280 em 31 de dezembro 2025).

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNA por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R$236.505 em 30 de setembro de 2026 (R$220.508 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R$144.980 em 30 de setembro de 2026 (R$135.015 em 31 de dezembro de 2025) para o ano calendário de 2016 e R$219.443 em 30 de setembro de 2026 (R$184.401 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 18 de julho de 2023 foi interposto Recurso Voluntário. Em julgamento ocorrido em 09 outubro de 2024, foi determinada realização de diligência nos casos dos anos calendários 2014/2015 e 2016 para apresentação de documentos, pendente de início. Em 23 de setembro de 2025, foi proferido acórdão pelo CARF dando provimento ao Recurso Voluntário para cancelar o Auto de Infração dos anos calendários 2017/2018, aguarda-se o julgamento de recurso por parte da Fazenda Nacional.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R$286.879 em 30 de setembro de 2026 (R$267.519 em 31 de dezembro de 2025), decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R$232.380 em 30 de setembro de 2026 (R$216.662 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 30 de setembro de 2026, para a Arbitragem 71 não há valor atribuído à causa, pois foi proferida Sentença favorável de mérito que: (i) não reconheceu a existência de relação jurídico-obrigacional entre as partes, (ii) julgou improcedente o pedido do CMT de indenização da TAESA; e (iii) julgou procedente tão somente o pedido de condenação da TAESA ao pagamento de indenização correspondente aos gastos pré-Leilão e pós-Leilão, em 30 de setembro de 2026, foi finalizada a prova pericial, que apurou a não ocorrência de gastos pré-leilão na arbitragem 71. Por sua vez, a Arbitragem 72 possui valor atribuído à causa de R$70.913 e encontra-se atualmente suspensa por força de decisão judicial, aguardando-se o julgamento definitivo.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG [1]	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	**100,00**	**442.782.652**	**100,00**	**1.033.496.721**	**100,00**	**369.322.697**	**100,00**

[1]Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reserva legal – Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia deixou de constituir a reserva legal no exercício, visto que, o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, excede 30% do capital social, conforme artigo 193 parágrafo §1 da referida lei.

Reserva de incentivo fiscal – Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE no montante acumulado na reserva em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R$ 347.927. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação anualmente, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

Reserva especial de ágio – Com base no disposto na Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 30 de setembro de 2026 foi de R$433.379 (R$413.462 até 31 de dezembro de 2025).

Reserva de lucros a realizar – Reserva constituída com base na parcela não realizada do lucro distribuível.

Outros resultados abrangentes – As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R$9.178 (R$6.057, líquido de impostos) e em 30 de setembro de 2025, reconheceu uma perda no montante de R$18.185 (R$12.002, líquido de impostos).

Remuneração dos acionistas – O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar JCP, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os JCP são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos JCP fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos JCP, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante (“tag-along” com 100% do preço).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco[1]	Prêmio
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	ZURICH	19/09/2026 a 18/09/2027	80.000	-	63
Responsabilidade civil geral	Chubb	19/11/2025 a 19/11/2026	20.000	-	64
Veículos[2]	Tokio Marine	05/03/2026 a 05/03/2027	100% Tabela FIPE	-	373
Risco Cibernético	Tokio Marine Zurich	09/12/2025 a 09/12/2026 09/12/2025 a 08/12/2026	20.000 40.000	-	601 864
Riscos Diversos - Cesta Aérea	FAIRFAX	09/10/2026 a 09/10/2027	1.140	1.140	7
Seguro Aeronáutico RETA	Mapfre	14/07/2026 a 14/07/2027	779	-	9
Seguro Aeronáutico CASCO	ESSOR	30/04/2026 a 30/04/2027	542	-	35
Risco operacional	FAIRFAX	19/04/2025 a 18/12/2026	74.000	1.294.159	4.604
	FAIRFAX	30/07/2025 a 18/12/2026	80.921	80.921	287
	CHUBB	26/10/2026 a 26/10/2027	127.198	127.198	34

[1]Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. [2]A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As concessões ANT, TNG, SIT e JUTR, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691
JUTR	002/2024	BMG Seguros S.A	12/12/2024 a 20/09/2028	18.300

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Categorias e hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 – "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2026.

	NE	Categoria de instrumentos financeiro	Hierarquia do valor justo	Consolidado		Controladora	
				30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros							
- Títulos e valores mobiliários	6	VJR	Nível 2	892.874	583.935	645.606	417.623
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5	VJR	Nível 2	210.951	739.340	94.661	680.869
- Instrumentos financeiros derivativos	19	VJR	Nível 2	7.158	3.953	1.334	2.617
- Caixa e Bancos	5	Custo amortizado	-	51.206	2.256	18.677	629
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	Custo amortizado	-	386.218	284.838	250.136	227.834
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	4.080	2.279	1.539	-
				1.552.487	**1.616.601**	**1.011.953**	**1.329.572**
Passivos financeiros							
- Fornecedores	14	Custo amortizado	-	114.043	287.459	54.854	160.998
- Empréstimos e financiamentos	15.1	Custo amortizado	-	40.858	43.345	-	-
- Debêntures	15.2	Custo amortizado	-	12.664.001	10.930.483	11.557.220	9.830.153
- Instrumentos financeiros derivativos	19	VJORA	-	47.221	179.282	37.590	179.282
- Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	-	695	614	695	614

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	NE	Categoria de instrumentos financeiro	Hierarquia do valor justo	Consolidado		Controladora	
				30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	73.912	86.504	49.910	66.486
				12.940.730	**11.527.687**	**11.700.269**	**10.237.533**

19.1.1. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Hierarquia do valor justo	30/09/2026		31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Debêntures - Passivos financeiros	Nível 2	12.664.001	11.982.575	10.930.483	10.448.928
Controladora					
Debêntures - Passivos financeiros	Nível 2	11.557.220	11.053.033	9.830.153	9.467.164

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting

(i) Derivativos não designados como instrumentos de hedge

Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou, operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira com seus fornecedores, conforme tabela abaixo:

Concessão	Montante	Moeda	Vencimento
SIT	SEK 269.606	Coroa sueca	2025 e 2026
JUTR	USD 5.834	Dólar	2025 e 2027

Operações de swap

Com o objetivo de gerenciar a exposição às variações dos indexadores incidentes sobre determinadas obrigações financeiras, as controladas contrataram operações de swap, alterando o perfil de indexação das respectivas obrigações financeiras, conforme tabela abaixo:

Concessão	Nocional (R$)	Ponta ativa	Ponta passiva	Vencimento
ARO	241.000	IPCA + 1,68344% a.a.	CDI - 4,07% a.a.	16/07/2040
BUR	190.504	IPCA + 1,885423% a.a.	CDI - 3,88% a.a.	16/04/2040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de fluxo de caixa

Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas. Essa operação foi integralmente encerrada em maio de 2026.

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes 30/09/2026
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	(1.648)
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	(778)
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	(1.638)
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	(1.731)
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	(1.754)
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	(1.629)
Controladora e Consolidado						**(9.178)**

(iii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de valor justo

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de valor justo, derivativos no montante de R$800.000 referente à 1ª e 2ª série, ambas no valor de R$ 400.000, da 18ª emissão de debêntures, foram swaps que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306%. a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862%. a.a. e na 17ª emissão de debêntures série única o montante de R$ 707.250 que também foi objeto de swap que troca o risco de IPCA +7,1690% pelo CDI - 0,84%, todos os swaps mensurados a valor justo. Para mensurar a parcela inefetiva das relações de hedge, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

As fontes de inefetividade de hedge que podem afetar a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são: (i) modificação no item coberto; e (ii) uma alteração relevante no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos swaps designados.

Item	Nocional (R$)	Saldo em 30/09/2026	
		Valor contábil	Valor justo
Swap 18ª Emissão - 1ª Série	400.000	51.352	1.804
Swap 18ª Emissão - 2ª Série	400.000	50.891	(213)
Swap 17ª Emissão	707.205	80.849	8.054

(iv) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2025	Aquisições	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	Pagamentos	30/09/2026
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	56.938	-	876	-	3.383	(61.197)	-
Contrato de SWAP (BR Partners) - 6ª emissão	58.383	-	570	-	2.415	(61.368)	-
Contrato de SWAP (Itaú) - 6ª emissão	18.399	-	305	-	1.649	(20.353)	-
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) - 6ª emissão	18.213	-	206	-	1.731	(20.150)	-
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	14.957	-	6.229	(17.371)	-	-	3.815
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	12.389	-	(8.651)	30.037	-	-	33.775

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2025	Aquisições	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	Pagamentos	30/09/2026
Contrato NDF Saíra	(2.614)	-	2.623	-	-	(1.343)	(1.334)
Controladora	**176.665**	**-**	**2.158**	**12.666**	**9.178**	**(164.411)**	**36.256**
Total do ativo	**(2.617)**						**(1.334)**
Total do passivo	**179.282**						**37.590**
Contrato NDF Juruá	(1.336)	-	(4.415)	-	-	-	(5.751)
Contrato de SWAP Aroeira	-	23.232	(2.009)	(11.517)	-	(4.482)	5.224
Contrato de SWAP Buriti	-	18.657	(95)	(10.691)	-	(3.537)	4.334
Consolidado	**175.329**	**41.889**	**(4.361)**	**(9.542)**	**9.178**	**(172.430)**	**40.063**
Total do ativo	**(3.953)**						**(7.158)**
Total do passivo	**179.282**						**47.221**

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2024	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado) (Reapresentado)	Ajuste ao valor justo (ORA) (Reapresentado)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2025 (Reapresentado)
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(65.449)	82.325	(1.861)	-	(15.015)	-
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	34.243	(17.761)	26.716	-	13.740	56.938
Contrato de SWAP (BR Partners) - 6ª emissão	36.513	(18.899)	-	27.210	13.559	58.383
Contrato de SWAP (Itaú) - 6ª emissão	12.021	(6.257)	-	8.094	4.541	18.399
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) - 6ª emissão	12.352	(7.417)	-	8.494	4.784	18.213
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	-	5.826	9.131	-	-	14.957
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	-	15.241	(2.852)	-	-	12.389
Contrato NDF Saíra	(9.385)	573	-	-	6.198	(2.614)
Controladora	**20.295**	**53.631**	**31.134**	**43.798**	**27.807**	**176.665**
Total do ativo	**(74.834)**					**(2.617)**
Total do passivo	**95.129**					**179.282**
Contrato NDF Juruá	(4.520)	3.302	-	-	(118)	(1.336)
Consolidado	**15.775**	**56.933**	**31.134**	**43.798**	**27.689**	**175.329**
Total do ativo	**(79.354)**					**(3.953)**
Total do passivo	**95.129**					**179.282**

19.3 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 30/09/2026 anualizado
CDI[1]	13,25%	16,56%	19,88%	14,17%
IPCA[1]	5,19%	6,49%	7,79%	5,30%
PTAX (USD)	5,05	6,31	7,58	5,04
SEK	0,5178	0,6473	0,7767	0,5076
IGP-M	5,61%	7,01%	8,42%	4,63%

[1]Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 23 de outubro de 2026.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/09/2026	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a setembro de 2026 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	1.103.825	(7.290)	18.888	44.875
Passivos financeiros				
Financiamentos e Debêntures				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/09/2026	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a setembro de 2026 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
- CDI	6.613.768	43.425	(112.501)	(267.271)
- IPCA	6.871.717	5.505	(59.333)	(123.965)
- IGP-M	325.299	(2.322)	(5.636)	(8.939)
		39.318	**(158.582)**	**(355.300)**
Sem proteção				
Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	740.267	(4.889)	12.667	30.095
Passivos financeiros				
Financiamentos e Debêntures				
- CDI	6.613.768	43.425	(112.501)	(267.271)
- IPCA	4.837.197	3.875	(41.766)	(87.262)
- IGP-M	325.299	(2.322)	(5.636)	(8.939)
		40.089	**(147.236)**	**(333.377)**
Com proteção				
Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros				
Debêntures				
- IPCA	1.699.942	1.362	(14.678)	(30.667)
Derivativos				
Ponta ativa - IPCA	(1.699.942)	(1.362)	14.678	30.667
Ponta passiva - CDI	1.729.912	11.358	(29.426)	(69.908)
NDF - Moeda SEK	(1.334)	2	171	341
NDF - Moeda Dólar	(5.751)	26	1.471	2.915
Efeito líquido total Controladora e Consolidado		**11.386**	**(27.784)**	**(66.652)**

19.4 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visam identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros para fins especulativos.

19.4.1. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

19.4.2. Risco de mercado

19.4.2.1 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R$).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 26 de setembro de 2025, a Companhia liquidou sua dívida atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia liquidou ambos os instrumentos na mesma data.

19.4.2.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação vigente, é atualizada anualmente por índices de inflação. A RAP é reajustada através de resolução homologatória, após aprovação pela Diretoria Colegiada da ANEEL, cuja vigência é compreendida pelo período de 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano subsequente. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas e, com isso, incorrerem em possíveis impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os cronogramas de pagamentos de suas obrigações e as suas gerações de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e de suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA (6ª Emissão de debêntures da TAESA) e os valores das taxas de juros variáveis IPCA por taxa de juros variável CDI (17ª e 18ª Emissões de debêntures da TAESA), calculados com base no valor do principal nocional acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 30 de setembro de 2026, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 48,7% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas NEs 15.1 – Empréstimos e Financiamentos e 15.2 – Debêntures. As concessões estão segregadas na NE 8 – Ativo de contrato de concessão.

19.5 Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas, baixas efetivas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures inclusive os instrumentos financeiros derivativos atrelados, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data do vencimento contratual original em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	64.685	288.024	570.334	3.512.124	2.510.618	2.239.470	14.967.493	24.152.748
Instrumentos financeiros derivativos	510	-	-	-	-	-	-	510
Controladora	**65.195**	**288.024**	**570.334**	**3.512.124**	**2.510.618**	**2.239.470**	**14.967.493**	**24.153.258**
Pós-fixada	4.486	80.997	115.081	208.419	211.814	434.053	2.385.613	3.440.463
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.006	273	-	-	-	5.279
Consolidado	**69.681**	**369.021**	**690.421**	**3.720.816**	**2.722.432**	**2.673.523**	**17.353.106**	**27.599.000**

19.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.

Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas dependem de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, estando, portanto, sujeitas a eventuais aumentos de preços, atrasos na entrega ou falhas por parte desses fornecedores, o que pode impactar negativamente suas atividades e resultados.

Em razão das especificações técnicas exigidas para determinados equipamentos, o mercado fornecedor pode apresentar concentração ou limitação de players qualificados, especialmente para itens de maior complexidade. Em alguns casos, essa limitação pode reduzir as alternativas imediatas de fornecimento.
Diante desse cenário, a Companhia atua de forma contínua e estratégica na ampliação e diversificação de seu portfólio de fornecimento, incluindo a busca ativa e avaliação técnica de fornecedores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de mitigar riscos de concentração e dependência. Essa prospecção considera critérios rigorosos de qualidade, preço, prazo, capacidade produtiva e conformidade técnica, bem como processos de qualificação e homologação.

Caso algum fornecedor venha a descontinuar a produção ou interromper a comercialização de equipamentos estratégicos, poderá haver impacto na continuidade das operações, exigindo a aceleração do processo de qualificação de novos fornecedores ou o desenvolvimento de soluções alternativas. Esse movimento pode demandar investimentos adicionais e prazos de adaptação, com potenciais reflexos na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingências; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

20. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	360.728	340.606	1.281.517	1.205.542
Resultado líquido do período proporcional às ações ordinárias (1)	206.181	194.680	732.475	689.050
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2)[1]	590.714	590.714	590.714	590.714
Resultado líquido do período proporcional às ações preferenciais (3)	154.547	145.926	549.042	516.492
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4)[1]	442.783	442.783	442.783	442.783

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R$ = (1) e (2)[2]	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R$ = (3) e (4)[2]	0,34904	0,32957	1,23998	1,16647

[1]Quantidade em lotes de 1.000 ações. [2]A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Remuneração do ativo de contrato de concessão	376.670	295.819	978.772	883.989
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(76.408)	(39.462)	353.344	285.060
Operação e manutenção	299.589	286.952	875.667	823.606
Implementação de infraestrutura	162.972	716.944	819.384	1.659.727
Parcela variável [1]	634	1.188	(10.184)	(5.782)
Outras receitas	17.678	12.675	47.490	49.893
Receita operacional bruta	**781.135**	**1.274.116**	**3.064.473**	**3.696.493**
PIS e COFINS correntes	(50.423)	(42.738)	(135.169)	(120.310)
PIS e COFINS diferidos	19.119	(21.504)	(21.874)	(69.326)
ISS	(119)	(427)	(331)	(748)
Encargos setoriais [2]	(25.619)	(28.890)	(78.003)	(80.831)
Deduções da receita	**(57.042)**	**(93.559)**	**(235.377)**	**(271.215)**
Receita operacional líquida	**724.093**	**1.180.557**	**2.829.096**	**3.425.278**

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Remuneração do ativo de contrato de concessão	199.877	197.736	587.456	596.985
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(61.478)	(52.853)	179.055	113.128
Operação e manutenção	277.930	272.273	822.623	782.074
Implementação de infraestrutura	20.433	165.838	149.101	409.054
Parcela variável [1]	1.194	1.948	(6.913)	(4.569)
Outras receitas	4.860	10.847	22.050	41.429
Receita operacional bruta	**442.816**	**595.789**	**1.753.372**	**1.938.101**
PIS e COFINS correntes	(34.076)	(33.212)	(96.269)	(93.295)
PIS e COFINS diferidos	20.304	(2.047)	9.668	(16.305)
ISS	(119)	(398)	(331)	(657)
Encargos setoriais [2]	(21.668)	(26.804)	(69.559)	(74.850)
Deduções da receita	**(35.559)**	**(62.461)**	**(156.491)**	**(185.107)**
Receita operacional líquida	**407.257**	**533.328**	**1.596.881**	**1.752.994**

[1]Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. [2]Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Implementação de infraestrutura				
- Receita	162.972	716.944	819.384	1.659.727
- Custos	(70.774)	(550.938)	(516.844)	(1.300.351)
Margem (R$)	**92.198**	**166.006**	**302.540**	**359.376**
Margem percebida (%) [1]	**56,57%**	**23,15%**	**36,92%**	**21,65%**
Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	299.589	286.952	875.667	823.606
- Custos	(22.439)	(90.437)	(127.706)	(210.550)
Margem (R$)	**277.150**	**196.515**	**747.961**	**613.056**
Margem percebida (%) [2]	**92,51%**	**68,48%**	**85,42%**	**74,44%**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Margens médias das obrigações de performance	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Implementação de infraestrutura				
- Receita	20.433	165.838	149.101	409.054
- Custos	(8.316)	(160.656)	(99.161)	(319.418)
Margem (R$)	**12.117**	**5.182**	**49.940**	**89.636**
Margem percebida (%) [1]	**59,30%**	**3,12%**	**33,49%**	**21,91%**
Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	277.930	272.273	822.623	782.074
- Custos	(4.984)	(67.159)	(82.791)	(164.967)
Margem (R$)	**272.946**	**205.114**	**739.832**	**617.107**
Margem percebida (%) [2]	**98,21%**	**75,33%**	**89,94%**	**78,91%**

[1]As variações refletem a eficiência na construção de reforços na ATE III e ATE. Compensadas pela energização dos projetos Saíra, Ananaí e Tangará. [2]As variações referem-se, basicamente, pela revisão na margem de construção devido aos impactos do licenciamento ambiental no projeto e subsequente revisão da curva de CAPEX do projeto em 2025.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional bruta	781.135	1.274.116	3.064.473	3.696.493
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	71.078	(74.445)	(348.169)	(527.439)
Receita operacional bruta tributável	**852.213**	**1.199.671**	**2.716.304**	**3.169.054**

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional bruta	442.816	595.789	1.753.372	1.938.101
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	81.290	(63.886)	(170.978)	(433.990)
Receita operacional bruta tributável	**524.106**	**531.903**	**1.582.394**	**1.504.111**

22. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
- Remuneração direta	(36.309)	(35.853)	(103.287)	(100.816)
- Benefícios	(21.689)	(16.796)	(62.332)	(53.729)
- FGTS e INSS	(15.127)	(13.742)	(41.481)	(37.840)
Pessoal	**(73.125)**	**(66.391)**	**(207.100)**	**(192.385)**
- Custo de infraestrutura	(70.774)	(550.938)	(516.844)	(1.300.351)
- O&M	(15.390)	(20.359)	(32.238)	(59.638)
- Outros	(1.757)	(2.455)	(4.967)	(5.873)
Materiais	**(87.921)**	**(573.752)**	**(554.049)**	**(1.365.862)**
Serviços de terceiros	**(32.309)**	**(30.492)**	**(81.642)**	**(74.270)**
Depreciação e amortização	**(15.408)**	**(11.521)**	**(53.707)**	**(28.950)**
- (Provisões) Reversões contrato oneroso	50.786	(23.039)	52.845	(23.039)
- Outros	(3.811)	(2.048)	(12.491)	(16.381)
Outros custos operacionais	**46.975**	**(25.087)**	**40.354**	**(39.420)**
Total custos e despesas	**(161.788)**	**(707.243)**	**(856.144)**	**(1.700.887)**

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
- Remuneração direta	(23.237)	(25.856)	(67.224)	(75.521)
- Benefícios	(18.741)	(15.746)	(55.665)	(49.363)
- FGTS e INSS	(13.307)	(12.641)	(37.521)	(34.678)
Pessoal	**(55.285)**	**(54.243)**	**(160.410)**	**(159.562)**
- Custo de infraestrutura	(8.316)	(160.656)	(99.161)	(319.418)
- O&M	(8.855)	(5.715)	(17.608)	(39.976)
- Outros	(1.322)	(1.999)	(4.066)	(4.891)
Materiais	**(18.493)**	**(168.370)**	**(120.835)**	**(364.285)**
Serviços de terceiros	**(27.645)**	**(25.888)**	**(65.478)**	**(60.683)**
Depreciação e amortização	**(15.312)**	**(11.498)**	**(53.418)**	**(28.884)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
- (Provisões) Reversões contrato oneroso	50.786	(23.039)	52.845	(23.039)
- Outros	(1.620)	(2.017)	(8.885)	(17.813)
Outros custos operacionais	**49.166**	**(25.056)**	**43.960**	**(40.852)**
Total custos e despesas	**(67.569)**	**(285.055)**	**(356.181)**	**(654.266)**

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com comunicação de dados, limpeza de faixa de servidão, vigilância, limpeza, consultoria, viagens, manutenção de propriedade, água, eletricidade, transportes, serviços de operação e manutenção, serviços advocatícios, comunicação e auditoria.
Outras receitas, custos e despesas operacionais: reversão de provisão de custos adicionais (contrato oneroso), seguros, impostos, contribuições e taxas, aluguéis, materiais de consumo, condomínio e transporte.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	45.515	41.133	111.470	85.401
Juros sobre depósitos judiciais	-	2.786	4.530	9.775
Outras Receitas	127	1.036	737	2.645
Receitas financeiras	**45.642**	**44.955**	**116.737**	**97.821**
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(11.708)	(5.668)	(13.918)	(18.617)
- Variação cambial	-	9.339	-	59.486
- Ajuste ao valor justo	-	(3.997)	-	(1.861)
	(11.708)	**(326)**	**(13.918)**	**39.008**
Debêntures				
- Juros incorridos	(290.442)	(240.346)	(768.589)	(657.194)
- Variações monetárias	31.573	(17.882)	(245.556)	(204.281)
- Ajuste ao valor justo	(55.659)	2.471	(15.925)	2.471
	(314.528)	**(255.757)**	**(1.030.070)**	**(859.004)**
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(37.593)	(14.500)	(30.020)	(13.180)
- Variação cambial	712	(9.751)	1.863	(64.641)
- Ajuste ao valor justo	81.794	1.538	42.060	(16.119)
	44.913	**(22.713)**	**13.903**	**(93.940)**
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	**(281.323)**	**(278.796)**	**(1.030.085)**	**(913.936)**
- Arrendamento Mercantil	(7)	(21)	(28)	(85)
- Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(13.334)	6.866	(10.510)	2.243
Despesas financeiras	**(294.664)**	**(271.951)**	**(1.040.623)**	**(911.778)**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(249.022)**	**(226.996)**	**(923.886)**	**(813.957)**

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Juros incorridos	(339.744)	(260.514)	(812.527)	(688.991)
Variação monetária	31.573	(17.882)	(245.556)	(204.281)
Variação cambial	712	(412)	1.863	(5.155)
Ajuste ao valor justo	26.135	12	26.135	(15.509)
	(281.323)	**(278.796)**	**(1.030.085)**	**(913.936)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	36.534	32.042	90.931	58.644
Juros sobre Depósitos judiciais	-	2.907	1.964	8.695
Outras Receitas	55	227	405	967
Receitas financeiras	**36.589**	**35.176**	**93.300**	**68.306**
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	-	(5.095)	-	(15.678)
- Variação cambial	-	9.338	-	59.486
- Ajuste ao valor justo	-	(3.997)	-	(1.861)
	-	**246**	**-**	**41.947**
Debêntures				
- Juros incorridos	(276.052)	(225.513)	(726.314)	(614.596)
- Variações monetárias	31.437	(12.222)	(206.101)	(164.262)
- Ajuste ao valor justo	(55.659)	2.471	(15.925)	2.471
	(300.274)	**(235.264)**	**(948.340)**	**(776.387)**
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(35.698)	(14.496)	(28.125)	(13.180)
- Variação cambial	(635)	(10.587)	(2.624)	(61.880)
- Marcação a mercado	55.659	1.538	15.925	(16.119)
	19.326	**(23.545)**	**(14.824)**	**(91.179)**
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	**(280.948)**	**(258.563)**	**(963.164)**	**(825.619)**
- Arrendamento Mercantil	(7)	(22)	(28)	(84)
- Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	3.763	2.962	18.226	4.232
Despesas financeiras	**(277.192)**	**(255.623)**	**(944.966)**	**(821.471)**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(240.603)**	**(220.447)**	**(851.666)**	**(753.165)**

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Juros incorridos	(311.750)	(245.104)	(754.439)	(643.454)
Variação monetária	31.437	(12.222)	(206.101)	(164.262)
Variação cambial	(635)	(1.249)	(2.624)	(2.394)
Ajuste ao valor justo	-	12	-	(15.509)
	(280.948)	**(258.563)**	**(963.164)**	**(825.619)**

24. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL correntes	(4.648)	(5.036)	(21.160)	(18.410)
IRPJ e CSLL diferidos	(7.219)	40.094	(108.712)	(34.690)
	(11.867)	**35.058**	**(129.872)**	**(53.100)**

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL correntes	(1.378)	(1.004)	(3.635)	(7.584)
IRPJ e CSLL diferidos	7.710	60.524	(26.838)	39.121
	6.332	**59.520**	**(30.473)**	**31.537**

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos	372.595	305.548	1.411.389	1.258.642
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(126.682)	(103.886)	(479.872)	(427.938)
Equivalência patrimonial	20.166	20.137	123.190	118.390
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	7.734	3.287	14.852	17.947
JCP pago	42.105	74.843	107.580	138.857
Ajuste Extemporâneo - SPT mudança de regime - composição diferido	-	-	(4.235)	-
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	40.332	40.328	106.146	87.538
Outros	4.478	349	2.467	12.106
Despesa de IRPJ e CSLL	**(11.867)**	**35.058**	**(129.872)**	**(53.100)**
Alíquota efetiva	**3%**	**-11%**	**9%**	**4%**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos	354.396	281.086	1.311.990	1.174.005
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(120.495)	(95.569)	(446.077)	(399.162)
Equivalência patrimonial	86.805	86.108	313.805	281.670
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	674	16	674	11.347
JCP pago	42.105	68.133	107.580	124.203
Outros	(2.757)	832	(6.455)	13.479
Despesa de IRPJ e CSLL	**6.332**	**59.520**	**(30.473)**	**31.537**
Alíquota efetiva	**-2%**	**-21%**	**2%**	**-3%**

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade incentivada	Prazo
Controladora				
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	114/2024	TO e MA	31/12/2033
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE SUDAM	251/2022 149/2023	PI, MA e BA TO	31/12/2031 31/12/2032
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2031
ATE III	SUDAM	008/2025	PA e TO	31/12/2027
MIR	SUDAM	025/2024 026/2024	TO	31/12/2032
Controlada				
JAN	SUDENE	046/2022	MG	31/12/2031

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de setembro de 2026 era de aproximadamente 56,70% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev, aprovado pela PREVIC, foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, PTG, TNG e ANT passaram a ser patrocinadoras. Em 30 de setembro de 2026, 73,39% do quadro efetivo de empregados da Controladora e 72,79% do Consolidado, participavam do Plano Taesaprev (74,69% da Controladora e 72,00% do Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), uma das controladoras da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na NE 13 – Partes relacionadas.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	**Trecho**	**Licença de Operação nº**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Órgão emissor**	**REF**
Taesa Holding						
NVT	Samambaia/DF –Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
TSN	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
MUN	Camaçari II – Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA/BA (atual INEMA)	(b)
GTE	Goianinha - Mussuré	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	(a)
	SE Norfil	2671/2023	23/11/2023	23/11/2028	SUDEMA/PB	-
PAT	Paraíso-Açu	2018-130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA/BA	(c)
ETEO	Taquaruçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB/SP	(d)
NTE	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	(a)
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025		(a)
ATE	Londrina – Araraquara	492/2005	30/12/2025	30/12/2035	IBAMA	-
STE	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM/RS	-
ATE II	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	(a)
ATE III	Itacaiúnas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá – Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	04/08/2025	04/08/2035	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM/RS	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	4134/2023	21/12/2023	12/01/2027	FEPAM/RS	(e)
	SE Maçambará 3	03335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM/RS	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM/RS	-
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS/TO	(f)
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		(g)
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		-
	SE Lajeado	56/2026	09/06/2026	03/06/2031		-
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		-
Controladas						
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	SEMAD/MG	-
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA/BA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	D000008/25	07/11/2025	23/10/2035	SEMAR/PI	-
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	D000007/25	31/07/2025	31/07/2035	SEMAR/PI	-
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA/RN	(h)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	338968/2026	21/08/2026	19/08/2032	SEMAT/MT	(i)
	Juba – Jauru	338967/2026	21/08/2026	19/08/2032	SEMAT/MT	
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 e C2; LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 – CS	1390/2025	02/05/2025	02/05/2029	IMA/SC	-
TNG	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	1080405/2025	28/11/2025	28/11/2029	SEMA/MA	-
	LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	1743/2026	30/01/2026	30/01/2036	IBAMA	-
	SE Encruzo Novo	1002952/2024	09/01/2024	08/01/2028	SEMA/MA	-
	LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	1054907/2025	07/08/2025	07/08/2029	SEMA/MA	-
	SE Santa Luzia III	1065104/2025	24/09/2025	24/09/2029	SEMA/MA	-
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	373117/2026	15/04/2026	15/04/2036	IAT/PR	-
	SE Bateias	365881/2026	19/01/2026	19/01/2036	IAT/PR	-
	SE Curitiba Leste	365911/2026	19/01/2026	19/01/2036	IAT/PR	-
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	1759/2026	09/07/2026	09/07/2026	IBAMA	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (atual INEMA), através do Decreto nº 11.235/08, isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;
(c) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062, referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu. A renovação foi solicitada ao IDEMA em 02/02/2026;
(d) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;
(e) Pedido de renovação de LO realizado na FEPAM;
(f) Renovação solicitada pela prefeitura de Palmas;
(g) Renovação solicitada via Naturatins;
(h) Renovação solicitada ao IDEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;
(i) Emissão de LAS pela SEMA/MT em atendimento ao Decreto Estadual nº 1.585, de 21/12/2022 (caracteriza linhas de transmissão até 230 kV como empreendimento passível de Licenciamento Ambiental Simplificado).

Licenças expedidas às controladas em construção						
Empresa	**Trecho**	**Licença de Instalação/ Única nº**	**Licença de Operação nº**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Órgão emissor**
JUTR	SE 440/138 kV Estância Seccionamento LT 440 kV Bauru - Salto LD 138 kV Bracell - Barra Bonita - Estância	2879/2026	-	31/07/2026	31/07/2032	CETESB-SP

Energização da Controlada Pitiguari – Em 2025 a Pitiguari passou a receber 100% da RAP do empreendimento, com cerca de 26 meses de antecipação do prazo regulatório da ANEEL para o 1º trecho e 22 meses para o 2º trecho.

Trechos	Emissão do TL¹	Efeitos retroativos	% da RAP do empreendimento
2º - LT 230 kV Abdon Batista - Videira (CD)	17/06/2025	15/06/2025	80%
1º - LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande (C3)	08/01/2025	30/12/2024	20%

¹ Termo de Liberação emitido pelo ONS.

Energização da Controlada Ananaí – Em 2026 a Ananaí passou a receber 100% da RAP do empreendimento, consolidando uma antecipação significativa frente ao prazo regulatório da ANEEL, estipulado para março de 2027, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Trechos	Emissão do TL¹	Efeitos retroativos	% da RAP do empreendimento
LT 525 kV Bateias – Curitiba C1 e C2	03/06/2026	26/05/2026	26,02%
LTs 500 kV Ponta Grossa / Assis C1 e C2	31/07/2026	27/07/2026	71,30%
LT 525 kV Bateias – Curitiba C1 e C2	25/08/2026	19/08/2026	2,68%

¹ Termo de Liberação emitido pelo ONS.

Entrada em operação reforços NVT - Em 05 de fevereiro de 2025, o ONS emitiu o Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz. Com a entrada em operação comercial destas instalações, a Companhia passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$18.100 (ciclo 2024-2025), correspondente a 65% da RAP total do reforço, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2025. Com isso, o reforço foi concluído integralmente com um RAP total de R$28.069. Está RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029. Esta última fase do reforço foi entregue com cerca de 3 meses de antecipação do prazo ANEEL.

Entrada em operação reforço TSN - Em 29 de setembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 26 de setembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$11.304 (ciclo 2025-2026). Em 07 de setembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 90% da RAP total deste reforço. A RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029.

Entrada em operação reforço SPT - Em 29 de dezembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 23 de dezembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$ 6.431 (ciclo 2025-2026). Em 20 de novembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 91% da RAP total do Reforço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 21 agosto de 2026, o ONS emitiu o TL referente à energização do reforço da SE Rio Grande II autorizado através do Despacho n° 677/2024, com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$5.842 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos entre 14 e 21 de agosto de 2026. É importante ressaltar que essa RAP tem caráter provisório e está sujeita à próxima Revisão Tarifária Periódica ("RTP") desta concessão, que ocorrerá em 2029.

Entrada em operação reforço ATE III - Em 11 de março de 2026, o ONS emitiu o TL referente a energização do reforço da ATE III, com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$6.700 (ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 4 de março de 2026.

Entrada em operação reforço ATE - Em 29 de julho de 2026, o ONS emitiu o TL referente a energização do reforço da ATE. Com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R$19.041 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 23 de julho de 2026. Está RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029.

Energização parcial Tangará – Em 2026 a Tangará alcançou marcos importantes com energizações parciais de seu empreendimento, consolidando uma antecipação significativa frente ao prazo regulatório da ANEEL, estipulado para março de 2028, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Emissão do TL	Trechos	RAP (Ciclo 2026-2027)	% da RAP do empreendimento	Efeitos retroativos
16/03/2026	SE Santa Luzia III e Seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1	R$ 36.893	33,73%	24 meses
10/04/2025 a 15/04/2026	Subestação Açailândia	R$ 23.623	21,60%	23 meses
12/05/2026	SE Dom Eliseu II, LT Açailândia – Dom Eliseu II e complemento da SE Açailândia	R$ 23.826	21,80%	22 meses
31/07/2026	Subestação de Encruzo Novo e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III C1	R$ 18.350	16,20%	20 meses
07/08/2026	Compensador Síncrono da Subestação Encruzo Novo	R$ 5.358	4,70%	20 meses
Total de energizações parciais		**R$ 108.050**	**98,03%**	

Energização parcial Saíra – Em 2026 a Saíra realizou energizações parciais de seu empreendimento, consolidando antecipações frente ao prazo regulatório da ANEEL, estipulado para março de 2028, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Emissão do TL	Trechos	RAP (Ciclo 2026-2027)	% da RAP do empreendimento	Efeitos retroativos
27/04/2026	Conversora Garabi 1 (Projeto de Retrofit)	R$ 24.106	13,20%	23 meses
07/08/2026	Conversora Garabi 2 (Projeto de Retrofit)	R$ 24.193	12,00%	20 meses
Total de energizações parciais		**R$ 48.299**	**25,20%**	

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de dividendos intercalares e JCP: Em 11 de novembro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares referente ao resultado do 3º trimestre de 2026, no montante de R$363.828, o que equivale a R$0,35203605232 por ação (ordinária/preferencial) ou R$1,05610815696 por Unit, sendo a data de 17 de novembro de 2026 ex-dividendos e a data de pagamento em 27 de janeiro de 2027.

Proposta de incorporação de controlada: Em 11 de novembro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de incorporação da controlada Ananaí, bem como a sua submissão à deliberação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A efetivação da incorporação está condicionada à aprovação da referida Assembleia Geral Extraordinária e ao cumprimento das demais condições aplicáveis. Dessa forma, até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, a incorporação não produziu efeitos societários ou contábeis.

Pagamentos aos debenturistas:

Empresa	Emissão	Série	Data do pagamento	Juros	Total
Taesa	12ª	1ª	15/10/2026	21.051	21.051
Taesa	12ª	2ª	15/10/2026	10.291	10.291
Taesa	12ª	3ª	15/10/2026	11.108	11.108
Taesa	19ª	Única	23/10/2026	23.675	23.675

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	**Cargo**
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Catia Cristina Teixeira Pereira	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico
Maurício Dall'Agnese	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Conselho de Administração
Titulares
Andrea Marques de Almeida (indicado pela CEMIG)
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)
Alexandre Ramos Peixoto (indicado pela CEMIG)
Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira (indicado pela CEMIG)
Michele da Silva Gonsales Torres (indicado pela CEMIG)
José Mauricio Restrepo Sanchez (indicado pela ISA)
Jaime Enrique Falquez Ortiga (indicado pela ISA)
Nelson Javier Mesa Palacio (indicado pela ISA)
Francisco Martins Codorniz Filho (indicado pela ISA)
Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes (membro independente)
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)
Celso Maia de Barros (membro independente)
Hermes Jorge Chipp (membro independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	**Suplentes**
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Mirian Paula Ferreira Rodrigues (indicado pela CEMIG)
Ronnye Peterson Baía Antunes (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Alberto Jorge Alves Oliveira da Costa (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Dirlei Luis da Silva Junior
Contador CRC RJ - 117622/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em
30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que apresenta a correção de valores correspondentes referentes ao exercício e período anterior, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 e na norma internacional IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2026, findo em 30 de setembro de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Luis Alessandro Alves
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras referente ao 3º trimestre de 2026, findo em 30 de setembro de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Luis Alessandro Alves
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações